



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CIÊNCIA POLÍTICA
BACHARELADO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA
BACHARELADO

Rio de Janeiro

2025

Reitor

Professor José da Costa Filho

Pró-Reitora de Graduação

Professora Luana Azevedo de Aquino

Diretoria de Políticas, Normatização e Registros Acadêmicos de Graduação

Professora Simone Borges Paiva Okuzono

Seção de Currículos de Graduação

Moyza Jesus Teixeira de Oliveira

Viviane de Carvalho Hillen

Setor de Acompanhamento de Currículos

Susel Helena de Paiva

Vinicius Barreto Souto

Christine Moura de Siqueira

Allan Gonçalves Araujo

Decano(a) do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

Professor Felipe de Moraes Borba

Diretor(a) da Escola

Professora Marcia Ribeiro Dias

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Professora Roberta Rodrigues Marques da Silva- coordenadora do Curso

Professor André Luiz Coelho Farias de Souza

Professora Cristiane Corrêa Batista

Professor Guilherme Simões Reis

Professora Luciana Fernandes Veiga

Professora Marcia Ribeiro Dias

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Informações Gerais do Curso	5
Figura 2 – Estrutura Curricular do Curso de Ciência Política.	17
Figura 3 – Fluxograma do Curso de Ciência Política – Bacharelado – 2025	33

LISTA DE SIGLAS

ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política

ALACIP – Associação Latino-Americana de Ciência Política

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

APSA – American Political Science Association

BIA – Bolsa de Incentivo Acadêmico

CAEG – Coordenadoria de Acompanhamento do Ensino de Graduação

CAIPORA – Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América, da África e da Ásia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CBBU – Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias

CCJP – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

CCN – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações

CIAC – Comissão Interna de Autoavaliação do Curso

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMUT – Comutação bibliográfica

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Colegiados Superiores: Conselho Universitário

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais

DAA – Diretoria de Atividades de Apoio

DEP – Departamento de Estudos Políticos

EAP – Escola de Administração Pública

ECJ – Escola de Ciências Jurídicas

ECOPOL – Estado, Grupos Econômicos e Políticas Públicas

ECP – Escola de Ciência Política

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GIEL – Grupo de Investigação Eleitoral

GRISUL – Grupo de Relações Internacionais e Sul Global

IESP-UERJ – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

IPSA – International Political Science Association

LASA – Latin American Studies Association

MEC – Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação

NAI – Núcleo de Acessibilidade

NAPE – O Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Educacionais

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NELUTAS – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Lutas Sociais

NUINP – Núcleo Institucional de Projetos

PCD – Pessoa com Deficiência

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPGCP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PRADIG – Bolsa de Acompanhamento Discente de Graduação

PRAE – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

PROExc – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROJOIA – Programa de Acompanhamento de Alunos Egressos

PROPGPI – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

PROTES – Programa de Tutoria Especial

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAAP – Sociedade Argentina de Análise Política

TCC – Trabalhos de Conclusão de Cursos da graduação

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UnB – Universidade de Brasília

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	5
3 A UNIRIO	6
4 O CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS	8
5 O CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA - BACHARELADO	9
5.1 Objetivos do Curso	12
5.1.1 Objetivo Geral	12
5.1.2 Objetivos Específicos	12
5.2 Justificativa da oferta do Curso	13
5.3 Número de Vagas	13
5.4 Perfil Profissional do Egresso	14
5.5 Justificativa da Reforma Curricular	15
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	16
6.1 Estrutura Curricular	16
6.2 Eixos Formativos	19
6.3 Extensão	22
6.6 Atividades Complementares	27
6.8 Trabalho de Conclusão de Curso	29
6.9 Fluxograma	32
7 METODOLOGIA DIDÁTICA	33
8 AVALIAÇÃO	33
8.1 Avaliação do Estudante	33
8.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	34
8.3 Avaliação Interna e Externa	35
9 CORPO DOCENTE, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E DE APOIO	37
10 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	39
11 COLEGIADO DE CURSO	40
12 COORDENAÇÃO DO CURSO	41
13 POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	43
14 APOIO AO DISCENTE	45
15 INFRAESTRUTURA	48
15.1 Laboratórios Específicos	52
15.2 Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado à Pessoa com Deficiência	52

15.3 Recursos Tecnológicos e Audiovisuais	53
16 PROCESSO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR	54
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	59
ANEXO I - QUADRO DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA – BACHARELADO	60
ANEXO II - CARGA HORÁRIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES	69
ANEXO III - MAPA DE EQUIVALÊNCIAS	70
ANEXO IV - TERMO DE MUDANÇA DE VERSÃO CURRICULAR	78

1 APRESENTAÇÃO

Apresenta-se neste documento uma versão atualizada do **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política** da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em conformidade com o Estatuto e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNIRIO e com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia (Resolução No. 17, de 13 de março de 2002, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior).

A UNIRIO criou o Curso de Ciência Política - Bacharelado pela Resolução nº. 2.944 de 27 de agosto de 2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), no pleno exercício da sua autonomia constitucional e do cumprimento das normas gerais da União Federal que dispõem sobre a criação, autorização e reconhecimento do ensino superior pelo Ministério da Educação. Esta versão do Projeto Pedagógico do curso incorpora recomendações dos avaliadores do Ministério da Educação (MEC) durante o processo de credenciamento e os debates e contribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e da comunidade acadêmica do curso.

2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Figura 1 – Informações Gerais do Curso

1.	Nome do Curso	Ciência Política – Bacharelado
2.	Área de Conhecimento	Ciências Humanas
3.	Modalidade de Ensino	Presencial
4.	Regime Acadêmico de oferta	Regime semestral de créditos
5.	Número de vagas	71 vagas
6.	Periodicidade da oferta	Anual
7.	Turno de funcionamento do Curso	Integral (matutino/vespertino)



8.	Carga horária total	2.700 horas
9.	Duração	Prazo médio – 8 semestres Prazo máximo – 12 semestres
10.	Título/Grau acadêmico conferido	Bacharel em Ciência Política
11.	Formas de ingresso	Ingresso administrado pela Coordenadoria de Acompanhamento do Ensino de Graduação (CAEG) da UNIRIO.
12.	Endereço de funcionamento	Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP. Rua Voluntários da Pátria, 107. Botafogo. Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22270-000

3 A UNIRIO

A UNIRIO foi criada pela Lei 6.655, de 5 de junho de 1979, sendo então denominada Universidade do Rio de Janeiro. Está plenamente adequada aos dispositivos constitucionais e legais, fixados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96.

A UNIRIO foi antecedida pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). A FEFIEG foi criada pelo Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969. Posteriormente, passou a ser denominada FEFIERJ, pelo Decreto-Lei nº 7.683, de 17 de dezembro de 1975, em virtude da fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A FEFIERJ reunia instituições isoladas de Ensino Superior, vinculadas a diferentes órgãos públicos federais (UNIRIO, 2023):

- Escola Central de Nutrição, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto;
- Conservatório de Teatro do Serviço Nacional de Teatro (atual Escola de Teatro);
- Instituto Villa-Lobos;
- Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro;
- Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.
- Curso Permanente de Arquivo (do Arquivo Nacional);
- Curso de Museus (do Museu Histórico Nacional).

Em 2003, passou a ser denominada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a sigla UNIRIO, por meio da Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003 (UNIRIO, 2023).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026) da UNIRIO destaca que o seu objetivo converge com a Lei nº 6.655/1979, em seu artigo 2º:

“ministrar o ensino superior de graduação, pós-graduação e extensão, e executar atividades de pesquisa, de divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, podendo, também, prestar serviços técnicos e hospitalares à comunidade e a instituições públicas e particulares.” (BRASIL, 1979; UNIRIO, 2023, p.41).

A UNIRIO tem como missão:

“[p]roduzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade” (UNIRIO, 2022, p.42).

O Estatuto da UNIRIO destaca como objetivos institucionais:

“I. produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento;
II. formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional;
III. propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
IV. estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição;
V. manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais”. (UNIRIO, 2023, p. .43)

A UNIRIO se orienta pelos princípios da “conduta ética”, do “humanismo”, da “democracia e participação”, do “pluralismo teórico-metodológico”, da “universalidade do conhecimento”, da “interdisciplinaridade do conhecimento”, da “inovação”, da “excelência”, da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, da “inserção regional, nacional e internacional”, da “natureza pública”, da “gratuidade do ensino de Graduação” e da “sustentabilidade”, que estão reunidos no seu Estatuto, no artigo 3º (UNIRIO, 2018). Desta forma, a UNIRIO tem atuação consciente no seu contexto educacional, valorizando a educação pública, laica, gratuita e de qualidade, conforme o seu compromisso com a igualdade e a justiça social (UNIRIO, 2023).

O corpo social da UNIRIO é constituído por discentes, servidores técnico-administrativos, docentes (doutores, mestres e especialistas) - nas mais variadas áreas de

conhecimento – e funcionários terceirizados. Possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos cursos de graduação e pós-graduação e um sistema de bibliotecas.

O Estatuto e o Regimento da UNIRIO estabelecem a sua estrutura acadêmico-administrativa: I – Órgãos da Administração Superior: a) Colegiados Superiores: Conselho Universitário (CONSUNI) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); b) Órgão Executivo: Reitoria; II - Órgãos da Administração Acadêmica: a) Órgãos Deliberativos: Conselho de Centro, Colegiado de Curso, Colegiado de Departamento; b) Órgãos Executivos: Reitoria, Decania, Direção de Escola, Coordenação de Curso e Chefia de Departamento de Ensino; III – Órgãos Suplementares: Biblioteca, Arquivo Central e Hospital Universitário. Estes Órgãos de natureza acadêmico-administrativa estão todos integrados, resguardando os respectivos níveis de competência, de modo a desenvolver e estimular a produção científica da Universidade. A estrutura administrativa da Universidade contempla atividades pedagógicas desenvolvidas em Escolas, Cursos e Departamentos. Os Departamentos de ensino, em conjunto com as Escolas ou Cursos, asseguram a interdisciplinaridade e oferecem disciplinas básicas que integram as diferentes grades curriculares. As Escolas ou Cursos cuidam da formação acadêmica e profissional de cada bacharelado e consolidam, juntamente com os Departamentos, a oferta de disciplinas.

4 O CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS

O Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da UNIRIO - CCJP foi criado através da Resolução nº. 2.619 de 2005, situado na Rua Voluntários da Pátria nº 107, abrigando três escolas, com seus respectivos cursos de graduação:

- Escola de Ciência Política (ECP) – curso de Ciência Política - Bacharelado;
- Escola de Ciências Jurídicas (ECJ) – curso de Direito - Bacharelado;
- Escola de Administração Pública (EAP) – Curso de Administração Pública - Bacharelado.

O CCJP abriga ainda dois cursos de pós-graduação *strictu sensu*: o programa de pós-graduação em Ciência Política, nos níveis de mestrado e doutorado, que recebeu conceito 4 na avaliação quadrienal 2017-2020 da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES); e o programa de pós-graduação em Direito, nível mestrado, nota 3 na mesma avaliação.

5 O CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA - BACHARELADO

A área de Ciência Política na UNIRIO começou a ser formada em 2009, com a abertura do seu curso de graduação e a constituição da Escola de Ciência Política (ECP), no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). São poucas as graduações especificamente em Ciência Política, em geral os cursos são de ciências sociais. Foi o primeiro curso de graduação em Ciência Política em uma universidade pública na região Sudeste.

O Departamento de Estudos Políticos, onde se encontram lotados os professores da ECP, foi se expandindo com a contratação de novos docentes, alguns deles com vasta experiência na graduação e na pós-graduação.

Os professores da ECP, a maioria dos quais vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), distribuem-se entre três linhas de pesquisa, que mantêm coerência com a sua atuação também no ensino e na extensão: a) Comportamento Político e Eleitoral, b) Instituições e Políticas Públicas e c) Relações Internacionais e Política Mundial. As linhas foram definidas a partir do próprio enfoque de investigação dos docentes, o que contribui para a excelência em cada uma das subáreas. Os grupos de pesquisa ativos na Escola de Ciência Política e registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI) da UNIRIO.

1) Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL): O objetivo do grupo é pesquisar o processo que envolve a decisão do voto. Tal tarefa inclui a análise de resultados eleitorais e dados de pesquisa de opinião, bem como os padrões de cobertura eleitoral e as estratégias de comunicação dos candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e nos debates organizados pelas emissoras de televisão. A agenda recente do GIEL contempla ainda estudos acerca de: a) efeitos da ciber polarização (polarização nas redes sociais) no voto; b) impacto das ideologias no comportamento político, em geral, e no abstencionismo eleitoral, especificamente; c) violência política e eleitoral.

2) Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL): O grupo tem por objetivo o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de relações internacionais, política global e política externa, bem como nos modelos de desenvolvimento e migrações internacionais.

3) Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América, da África e da Ásia (CAIPORA): O grupo é voltado para uma visão contra-hegemônica da política, sobre a qual se ancoram estudos diversos sobre os três continentes. Parte da ideia de que as instituições, as políticas públicas, as ações políticas e o pensamento político não são estanques e, sim, interdependentes, sendo, portanto, mais importante do que isolá-los, abordá-los em uma perspectiva que confronte o senso comum e seja normativamente progressista. Isso pode ser feito tanto por meio da utilização de teorias inovadoras desenvolvidas na própria periferia, como, também, lançando-se mão de marcos teóricos provenientes dos principais centros do capitalismo avançado, mas de modo crítico. Tal empreitada se motiva pelo diagnóstico de que boa parte da produção de ciência política e ciências sociais em geral parte de premissas inadequadas, utiliza dois pesos e duas medidas, não questiona suas bases e reproduz a si mesma de modo a legitimar o status quo.

4) Relações Estado e Política: Realiza pesquisas nas áreas de instituições políticas, políticas públicas e direitos humanos. Analisa os determinantes políticos, geográficos e socioeconômicos das políticas públicas nos países da América Latina e nos estados brasileiros, desde a democratização. Discute também os direitos humanos e sua confrontação político-ideológica a partir de algumas declarações paradigmáticas – nacionais e internacionais, modernas e contemporâneas. Também desenvolve estudos na área de instituições estatais e questões relacionadas à democracia e ao estado de direito.

5) Núcleo de Estudo e Pesquisa em Lutas Sociais (NELUTAS): No âmbito desse grupo de pesquisa certificado no CNPq funciona o ECOPOL (Estado, Grupos Econômicos e Políticas Públicas), que investiga e qualifica as relações e conexões entre os grupos privados e o Estado no Brasil contemporâneo. Revisita e atualiza leituras clássicas sobre a relação entre a burguesia, o empresariado e o Estado brasileiro, marcadas por análises e conceitos que conferem centralidade e relativa autonomia ao Estado. Busca ainda evidências nas políticas públicas, particularmente no campo das políticas industriais e de desenvolvimento, sobre a natureza da relação entre Estado e grupos econômicos no país.

O curso de Ciência Política da UNIRIO visa a difundir o domínio da reflexão teórica e prática sobre o fenômeno político e as realidades do país e internacional e formar profissionais com capacidade analítica e crítica no que tange: (1) ao estudo das vertentes e abordagens da teoria política clássica e contemporânea; (2) às diversas configurações político-institucionais

no transcurso do tempo; (3) às complexas conexões entre o mundo da política e outras dimensões da vida social; (4) aos processos e decisões políticas no âmbito da atividade governamental; (5) às questões referentes às relações internacionais e à ordem mundial. Sua atuação é orientada por valores e fundamentos que convergem com os princípios compartilhados por toda a comunidade acadêmica da UNIRIO, em conformidade com o seu PDI.

Em 2018, o curso de Ciência Política foi avaliado com nota 4 pelo Ministério da Educação (MEC).

Em 2024, a Escola de Ciência Política da UNIRIO conta com um corpo docente composto por 13 professores – 11 deles doutores em Ciência Política e dois em Sociologia –, onze dos quais contratados em regime de dedicação exclusiva. Todo o corpo docente do curso atua em ensino, pesquisa e extensão. Nas atividades de ensino, todos os docentes, além das disciplinas e orientações de Trabalhos de Conclusão de Cursos da graduação (TCC), orientam bolsistas de monitoria (da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD da UNIRIO), e de iniciação científica (PROPGPI da UNIRIO, PIBIC e CNPq); e na área de extensão, desenvolvem projetos direcionados à sociedade com o apoio de bolsistas de extensão (PROGRAD/PET e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC).

Dentre as atividades de pesquisa, o corpo docente participa ativamente de Encontros e Congresso acadêmicos, nacionais e internacionais, tais como da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Sociedade Argentina de Análise Política (SAAP), Latin American Studies Association (LASA), International Political Science Association (IPSA), American Political Science Association (APSA), Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) etc.

A partir da sólida formação acadêmica, que contempla o tripé ensino, pesquisa e extensão, os egressos do curso de Ciência Política estão aptos a ingressar no mercado de trabalho, conforme o perfil profissional estabelecido neste projeto pedagógico.

5.1 Objetivos do Curso

5.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do curso é formar bacharéis capazes de desenvolver reflexão teórica e prática sobre fenômenos políticos e sociais, aplicando a metodologia científica para o seu estudo e compreensão.

5.1.2 Objetivos Específicos

- Estimular a capacidade analítica e crítica do discente;
- Formar os estudantes nos fundamentos da ciência política e no conhecimento das estruturas, processos, dinâmicas e atores do campo;
- Promover o conhecimento aprofundado das abordagens da teoria política clássica e moderna;
- Promover o conhecimento aprofundado dos métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais;
- Promover o conhecimento aprofundado das configurações político-institucionais que as sociedades têm acolhido no transcurso do tempo;
- Promover o conhecimento aprofundado das complexas conexões entre o mundo da política e outras dimensões do comportamento político e da vida social;
- Promover o conhecimento aprofundado dos processos políticos e das decisões políticas no âmbito da atividade governamental;
- Promover o conhecimento aprofundado das relações internacionais e das questões referentes à ordem mundial;
- Garantir as condições – seja nas aulas teóricas e práticas, seja nas atividades relacionadas à pesquisa e à extensão – para se realizar uma reflexão interdisciplinar capaz de enriquecer o entendimento de todas essas temáticas.

Para cumprir com esses objetivos, a Escola de Ciência Política se compromete a garantir um curso livre de discriminações e assédios, propiciando as condições necessárias para a criação de mecanismos de prevenção e combate a tais práticas, e viabilizando a construção coletiva de um ambiente seguro para todas e todos.

O presente projeto pedagógico do curso incorpora carga horária de atividades práticas em um conjunto de disciplinas, listadas no Anexo I, convergindo com as práticas emergentes para atuação no mercado de trabalho.

5.2 Justificativa da oferta do Curso

O curso de Ciência Política da UNIRIO é o único entre universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro e da região Sudeste, e um dos poucos cursos de graduação na área no Brasil. Segundo dados do E-MEC (s/d), há em todo o país dez cursos de Ciência Política - Bacharelado oferecidos na modalidade presencial e 16 na modalidade à distância. A UNIRIO é uma das únicas universidades públicas brasileiras a oferecer o curso de Ciência Política, ao lado da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

O curso de Ciência Política da UNIRIO é responsável, pois, por suprir a demanda pela formação de quadros qualificados, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, aptos para atuação nas mais diversas áreas da política.

5.3 Número de Vagas

71 vagas anuais.

Entre 2019 e 2024, o curso de Ciência Política recebeu, em média, 86 novos estudantes por ano, considerando todas as modalidades de ingresso (Sisu, transferência interna, transferência externa, revinculação e reingresso). Houve uma queda na demanda pelas vagas do curso nos anos de pandemia da Covid-19 e instauração do ensino remoto emergencial. Com o retorno às atividades, temos observado a recuperação da demanda, entretanto, devido aos limites de infraestrutura para acomodação de estudantes no campus do CCJP, justifica-se a oferta de 71 vagas anuais, com entrada única, no começo de cada ano acadêmico.

O atendimento à oferta anual é garantido pela oferta de disciplinas por cinco departamentos de ensino: Departamento de Estudos Políticos; Departamento de Fundamentos em Ciências Jurídicas, Políticas e Administração; Departamento de Métodos Quantitativos; Departamento de Didática; Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos. O

Departamento de Estudos Políticos é o responsável pela oferta da maior parte das disciplinas que compõem o currículo do curso, e conta no seu quadro com treze professores do quadro permanente, número que atende à oferta anual de disciplinas obrigatórias e optativas.

O CCJP dispõe de dez salas de aula de dimensões variadas, um auditório, um miniauditório, um laboratório de informática e uma biblioteca setorial, que têm capacidade para receber os estudantes de forma adequada.

5.4 Perfil Profissional do Egresso

O Bacharelado em Ciência Política permite a formação de quadros capazes de atuar em diversas atividades, tais como:

- professor e pesquisador em instituições de ensino públicas e privadas de nível superior;
- gestor nas áreas de políticas públicas;
- assessor político, parlamentar e/ou partidário;
- servidor pertencente a órgãos da administração pública;
- profissional da carreira diplomática;
- consultor qualificado para atuar em partidos políticos e organizações representativas de interesses de classes sindicais e empresariais;
- assessor em organizações do terceiro setor;
- profissional em organismos de poder local, nacional, regional e internacional;
- especialista em centros de estudo de opinião pública e sondagens;
- profissional da iniciativa privada em áreas como: relações governamentais, responsabilidade social corporativa, consultorias relacionadas ao setor público, concessionárias de serviço público;
- formação política, educação popular e divulgação científica no campo da política.

5.5 Justificativa da Reforma Curricular

A criação do Curso de Ciência Política em 2009 obedeceu aos dispositivos que constam da Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Tal criação se inseriu no contexto de expansão da UNIRIO, que veio a acolher o Programa REUNI do Governo Federal.

O curso de Ciência Política definiu sua matriz curricular levando em conta - com a atenção voltada para as diretrizes curriculares fixadas pelo Conselho Nacional de Educação - aulas teóricas e práticas, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso, requisitos básicos para que seja conferido o Grau de Bacharel em Ciência Política.

Em 2018, o curso de Ciência Política recebeu a visita *in loco* do Ministério da Educação(MEC), recebendo, no seu relatório final, recomendações para atualização do PPC.

Em resposta à demanda do MEC, e após o processo de escuta junto à comunidade acadêmica, em 2021, o Núcleo Docente Estruturante(NDE) da Escola de Ciência Política (ECP)decidiu adaptar a grade curricular do curso, outorgando maior ênfase à Ciência Política, criando disciplinas obrigatórias e optativas, introduzindo carga horária em atividades práticas, possibilitando a ocorrência de disciplinas semipresenciais e realizando uma adequação nos pré-requisitos.

A reforma curricular atende também à Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o novo Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024). O PNE, em sua Estratégia 12.7, deve-se: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

A reforma curricular ocorreu por meio do diálogo entre o NDE e o corpo docente e discente do curso de Ciência Política. O espaço preferencial de diálogo com a comunidade ocorreu no âmbito do colegiado do curso de graduação, que conta a participação institucionalizada dos docentes e representantes discentes.

Desde a criação do curso de Ciência Política, o corpo docente do Departamento de Estudos Políticos (DEP) foi ampliado. O DEP é o principal responsável pela oferta de componentes curriculares para o curso de Ciência Política. Em 2024, o departamento conta

com treze professores – onze deles em regime de dedicação exclusiva. A formação de um quadro docente composto por cientistas políticos permitiu a maior coesão curricular e a necessidade, identificada pelo corpo docente, de conferir maior ênfase à área. O corpo estudantil, por sua vez, apresentou demandas pela formação dos bacharelados para a sua inserção no mercado de trabalho no campo das Ciências Humanas, e da Ciência Política em particular, atendendo às exigências do ambiente socioprofissional e científico, o que se reflete na ênfase dada às atividades práticas em componentes curriculares contidos no presente projeto pedagógico do curso, bem como na já mencionada coesão curricular na área de Ciência Política.

Cumprе ressaltar que o curso conta ainda com a colaboração de docentes lotados em outros departamentos da Universidade, mantendo o diálogo interdisciplinar do curso de Ciência Política. Esses profissionais, de áreas de conhecimento e de pesquisa diversas, contribuem para uma formação discente mais plural e enriquecedora.

As mudanças curriculares propostas constam no Anexo III – Mapa de Equivalências, em conformidade com a da Instrução Normativa PROGRAD nº 001, de 23 de junho de 2022.

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Estrutura Curricular

O currículo pleno foi concebido em regime de créditos, que poderão ser integralizados em média em oito semestres letivos, totalizando 2.700 horas de atividades acadêmicas, assim distribuídas:

Figura 2 – Estrutura Curricular do Curso de Ciência Política

Componente Curricular	Total de Horas
1. Disciplinas Obrigatórias (Formação Específica)	1.980 horas
2. Disciplinas Optativas 2.1 Formação Complementar 2.2 Formação Livre	180 horas 60 horas
3. Trabalho de Conclusão do Curso	60 horas
4. Atividades Complementares	150 horas
5. Atividades de Extensão ¹	270 horas
Total	2.700 horas

A matriz curricular do curso de Ciência Política contempla conteúdos específicos do campo em disciplinas obrigatórias, incluindo Instituições Política, Política Comparada, Ação Coletiva e Decisão Política, Formas e Sistemas de Governo, Partidos e Sistemas Partidários, Teoria Política I, Teoria Política II, Teoria Política III, Cidadania e Política no Brasil e Desenho de Pesquisa.

A formação interdisciplinar também é contemplada, especialmente nas disciplinas Antropologia, Antropologia Política, Sociologia Geral, Sociologia Política, Economia Política I, Pensamento Político Brasileiro I, Pensamento Político Brasileiro II, Teoria das Relações Internacionais I, Teoria das Relações Internacionais II e Política Externa Brasileira, Disciplinas de Livre Escolha (TP, CP, IPP, RIPM).

A matriz curricular inova ao incluir disciplinas com componentes práticos, permitindo uma maior articulação entre teoria e prática profissional em Ciência Política. Cabe elencar as disciplinas que contemplam 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos: Metodologia das

¹ Carga horária extensionista em disciplinas = 150 horas.
Unidade Curricular Especial de Extensão = 120 horas.

Ciências Sociais, Desenho de Pesquisa, Teoria das Relações Internacionais II, Ação Coletiva e Decisão Política. As disciplinas obrigatórias com créditos em atividades práticas estão distribuídas ao longo de cinco períodos diferentes do curso. A maior parte das disciplinas optativas também contempla créditos em atividades práticas. Desta forma, as atividades práticas se associam à formação em conteúdos obrigatórios, mas também em disciplinas optativas que se inscrevem nas diferentes áreas do conhecimento na Ciência Política, com impacto decisivo na sua formação acadêmica e profissional.

O currículo se apresenta de forma flexível, com número menor de disciplinas contendo pré-requisitos, quando comparado com o currículo de 2017, o que permite ao discente maior autonomia para a escolha do seu caminho formativo. Além disso, as disciplinas optativas permitem ao discente construir uma trajetória acadêmica concentrada em uma das quatro áreas do conhecimento em Ciência Política ou, alternativamente, de modo transversal entre elas.

A interdisciplinaridade e a flexibilidade da Estrutura Curricular se expressam, ainda, na Unidade Curricular de Extensão. O discente tem a prerrogativa de participar de atividades extensionistas oferecidas por docentes lotados em diferentes departamentos da UNIRIO, nas mais diversas áreas do conhecimento, a fim de completar a carga horária extensionista necessária para a sua formação.

Em atendimento à legislação vigente, o currículo do curso de Ciência Política também contempla conteúdos em Educação Ambiental, Relações Étnico-Raciais, Educação em Direitos Humanos e LIBRAS. O tratamento de cada um destes conteúdos é detalhado a seguir:

- Educação Ambiental: sua oferta é definida pela Lei nº 9.795/1999 e normatizada, na UNIRIO, pela Resolução nº 4.244, de 17 de outubro de 2013. A legislação define a Educação Ambiental “como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”. (BRASIL, 1999, Art. 1º). No currículo do Curso de Ciência Política, é contemplada pela oferta da disciplina optativa SER 0012 – Educação Ambiental e Cidadania, ofertada pelo Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos, nos termos da Resolução nº 4.244, de 17 de outubro de 2013 da UNIRIO.

-
- Relações Étnico-Raciais: normatizada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 e pelo Parecer CNE/CP 3/2004, que definem que as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos Cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes. Seu conteúdo será contemplado pela disciplina optativa Tópicos Especiais em Instituições e Política Públicas III, que tem como ementa: “Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Instituições Política e/ou Políticas Públicas e suas aplicações (raça e relações étnico-raciais).” Ver também o Anexo I.
 - Educação em Direitos Humanos: normatizada pela Resolução CNE nº 1/2012. De modo transversal (CNE, 2012, Art. 6º), “deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento” (CNE, 2012, Art. 9º). No curso de Ciência Política, os conteúdos sobre direitos humanos são contemplados transversalmente em diferentes disciplinas obrigatórias, que abordam o tema dos direitos fundamentais e individuais, que compõem a noção de direitos básicos de todos os seres humanos: Introdução à Política, Ideologias Políticas, Cidadania e Política no Brasil.
 - Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2004, “constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais Cursos de educação superior” (BRASIL, 2004, Art. 3º). No currículo do Curso de Ciência Política, é contemplada pela oferta da disciplina optativa HDI 0142 – Língua Brasileira de Sinais, ofertada pelo Departamento de Didática, nos termos da Resolução nº 4.244, de 17 de outubro de 2013 da UNIRIO.

6.2 Eixos Formativos

O currículo proposto está organizado em torno de seis eixos: 1. Formação específica; 2. Formação complementar; 3. Formação livre; 4. Trabalho de conclusão de curso; 5. Atividades Complementares; 6. Atividades extensionistas.

Disciplinas Obrigatórias

1. Eixo de Formação Específica – Os conteúdos curriculares que integram este eixo fornecem a base de conhecimento ao cientista político. As atividades acadêmicas previstas – independentemente de sua natureza (obrigatória, optativa ou complementar) – enfatizam as grandes áreas de conhecimento da ciência política e suas conexões com outras áreas de conhecimento das humanidades. Também trabalham, de modo transversal, a educação ambiental, as relações étnico-raciais e os direitos humanos. Esse eixo tem em vista a necessidade de desenvolver no aluno competências e habilidades fundamentais, tais como capacidade crítica e analítica, elevado desempenho profissional em diferentes domínios de atuação, aptidão para articular os diversos níveis de saber teórico e prático, vocação para a atividade investigativa e compromisso social.

As disciplinas obrigatórias estão distribuídas pelas seguintes áreas de conhecimento:

- Propedêutica (P): Introdução à Política; Sociologia Geral; Sociologia Política; Antropologia; Antropologia Política; e Economia Política I.
- Teórica (T): Teoria Política I; Teoria Política II; Teoria Política III; Pensamento Político Brasileiro I; Pensamento Político Brasileiro II; Representação Política; e Teoria da Democracia.
- Metodológica (M): Metodologia das Ciências Sociais, Desenho de Pesquisa; Estatística; Orientação Monográfica I e II.
- Comportamento Político (CP): Ideologias Políticas; Sistemas Eleitorais; Eleições e Opinião Pública; Cidadania e Política no Brasil; Ação Coletiva e Decisão Política; Instituições Políticas e Políticas Públicas (IPPP):
- Instituições Políticas; Partidos e Sistemas Partidários; Políticas Públicas I; Políticas Públicas II; Formas e Sistemas de Governo.
- Relações Internacionais e Política Mundial: Política Comparada (RIPM); Teoria das Relações Internacionais I e II; Política e Sociedade na América Latina; Política Externa Brasileira.

Disciplinas Optativas

2. Formação Complementar – Os conteúdos curriculares são abarcados pelas disciplinas optativas, que procuram aprofundar as áreas temáticas de formação do curso, dentro das seguintes áreas de conhecimento: Propedêutica (P), Teórica (T), Metodológica (M),

Comportamento Político (CP), Instituições Políticas e Políticas Públicas (IPPP), Relações Internacionais e Política Mundial (RIPM). Tais áreas de conhecimento procuram refletir as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e os grupos de pesquisa. Pode abranger também outras disciplinas que constam das grades curriculares dos demais cursos da UNIRIO e, eventualmente, de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

3. Formação Livre – O eixo de formação livre é concebido para conferir flexibilidade e enriquecer a trajetória acadêmica do discente. Este eixo confere ao estudante a autonomia para selecionar componentes curriculares alinhados aos seus interesses intelectuais e projetos profissionais pessoais, permitindo-lhe aprofundar conhecimentos em sua área de formação, integrar saberes de diferentes campos do conhecimento ou, ainda, iniciar o desenvolvimento de competências em um segundo campo de saber. Os conteúdos curriculares desse eixo formativo são compostos por quatro disciplinas, cada uma delas correspondente aos conteúdos de Teoria Política (TP), Comportamento Político (CP), Instituições e Políticas Públicas (IPP), e Relações Internacionais e Política Mundial (RIPM), dependendo da linha de pesquisa seguida pelo discente em seu trabalho de conclusão de curso (TCC). Estas disciplinas serão oferecidas aos estudantes no sétimo semestre do curso. Neste eixo, os estudantes terão a oportunidade de substituir as referidas disciplinas por outras constantes na grade curricular dos demais cursos da universidade, desde que haja concordância quanto à equivalência pela coordenação do curso.

4. Trabalho de Conclusão de Curso – O bacharelado deve, até o final da integralização da grade curricular, apresentar um Trabalho de Curso, individual, avaliado por uma comissão formada pelo professor orientador e dois docentes. Esse trabalho constitui requisito básico para a obtenção do grau de bacharel em Ciência Política e deverá seguir as orientações que constam do Manual do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciência Política. A viabilização dessa monografia é garantida, principalmente, pela oferta das disciplinas de Orientação Monográfica I e II.

5. Atividades Complementares – O curso assegura atividades que ensejem a realização de trabalhos extraclasse e aquelas que complementam a formação profissional, as quais serão realizadas ao longo do curso, contribuindo para fortalecer a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Compreendem monitoria, a iniciação científica, atividades que integrem programas ou projetos de extensão, disciplinas eletivas, cursos de livre escolha do

aluno oferecidos dentro e fora da universidade, participação em congressos, seminários, palestras e outros eventos promovidos pela UNIRIO ou por outra entidade.

6. Atividades Extensionistas - As atividades extensionistas do curso de Bacharelado em Ciência Política são fundamentais para a formação discente, assegurando a integração dialógica da universidade com a sociedade. Alinhadas às diretrizes nacionais, que exigem um mínimo de 10% da carga curricular dedicada à extensão, essas atividades articulam a prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as demandas da comunidade, promovendo a interação e a transformação da realidade social. Os projetos, cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROexC) da UNIRIO, consolidam valores democráticos, a igualdade de direitos e o exercício da cidadania. Eles são desenvolvidos por meio da troca de saberes, da participação em questões sociais complexas e de uma formação cidadã interdisciplinar, produzindo mudanças tanto na instituição quanto na sociedade. Dessa forma, a extensão no curso de Ciência Política materializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando a participação dos estudantes, bolsistas ou voluntários, em ações que fortalecem sua atuação profissional e cívica.

6.3 Extensão

As Diretrizes para as Políticas de Extensão na Educação Superior Brasileira são estruturadas em quatro eixos:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.” (CNE, 2018, Art. 5º).

A fim de garantir a implementação das ações de Extensão Universitária, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) definiu em sua Estratégia nº 12.7:

“assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE, 2014-2024).

Os projetos de extensão ampliam a atuação do campus universitário para além das salas de aula. Buscam articular a prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade está inserida, interagindo e transformando a realidade social.

O curso de Ciência Política desenvolve projetos de extensão com o objetivo de consolidar valores democráticos, a igualdade de direitos, o exercício da cidadania e o respeito à diversidade. Os projetos de extensão cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROexC) da UNIRIO são vinculados à pesquisa e ao ensino, e incentivam a participação dos estudantes, bolsistas ou voluntários, nas ações relacionadas à sociedade. Atualmente, os docentes da ECP desenvolvem seis projetos e um programa de extensão universitária:

- **Ciência Política nas Escolas:** coordenado pelos professores André Coelho e Cristiane Batista, tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da formação política dos jovens, a partir de dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão, apresentando de forma didática e acessível às principais temáticas e atores envolvidos na realidade política nacional. A partir dessa atividade, foi elaborado um conjunto de material didático, tais como apresentações em PowerPoint, cartilhas impressas e em formato eletrônico, *website*, vídeos com explicações sobre os principais temas da Ciência Política, entrevistas com especialistas e materiais informativos publicados em perfis institucionais nas redes sociais do projeto, que servem de apoio ao desenvolvimento das atividades de formação política nas escolas da Rede Pública do Rio de Janeiro. Tem como atividades: 1) encontro conjunto dos membros associados ao projeto – docentes, discentes, colaboradores; 2) encontros regulares dos Grupos de Pesquisa; 3) realização de oficinas, palestras e jornadas de Ciência Política em escolas da Rede Pública do Rio de Janeiro; 4) Disponibilização do material didático na página oficial da Escola de Ciência Política e nas redes sociais do Projeto (Instagram, Facebook, X); 5) Participação na Semana de Integração Acadêmica da UNIRIO.
- **CinePolítica - Educação para a Cidadania:** coordenado pela Profa. Marcia Dias, o projeto busca explorar a intrínseca relação entre cinema e política, analisando como

os filmes refletem e influenciam contextos históricos e ideologias, e dialogam com movimentos sociais. Através de uma análise crítica de obras cinematográficas, de diferentes épocas e regiões, com ênfase no sul global, investigaremos como o cinema se posiciona frente a questões como as relações de poder, justiça, democracia e direitos humanos e sociais, através de sua capacidade tanto de moldar quanto de desafiar visões de mundo hegemônicas.

- **Con(s)Ciência Política – Mapeando Propostas para o Voto Esclarecido:** coordenado pela professora Marcia Dias, o projeto se propõe a sistematizar informações sobre candidaturas a cargos públicos eletivos, com base nos programas de governo (municipal, estadual e federal) divulgados pelos respectivos partidos políticos. O objetivo do projeto é reduzir os custos informacionais do cidadão comum demonstrando, de forma comparativa, as principais diferenças entre as propostas nas diferentes áreas temáticas de atuação de cada cargo eletivo. O resultado final almejado é permitir ao eleitor a superação da alienação política, estimular participação eleitoral e qualificar a representação política.
- **Ação Afirmativa e Ensino Superior - os impactos dos processos de educação sobre perspectivas de seleção, acesso e inclusão:** coordenado pela Profa. Andréa Lopes, o projeto de pesquisa e extensão tem por objetivo principal refletir sobre a dinâmica de inclusão/exclusão no ensino superior verificada a partir da problematização do “Acesso”, observando, fundamentalmente, os sentidos do ensino superior e das políticas de inclusão. Neste sentido, o princípio que fundamenta este projeto é o de que, qualquer na análise sobre políticas de ação afirmativa, orientadas para a inclusão no ensino superior, deve expandir suas perspectivas para além dos processos efetivos de acesso ao terceiro nível de formação; sobretudo, porque, para o caso das desigualdades raciais deve ser correto afirmar que a elitização do ensino superior não se inicia no processo de exclusão decorrente das provas de acesso orientadas para a absorção de indivíduos com mais elevada “qualidade em seu treinamento”, mas sim de um processo iniciado ainda nos períodos de formação na educação básica. Assim, como premissas norteadoras, esse projeto considera que os impasses acerca da ocupação de vagas no ensino superior podem ser reflexo, entre outras coisas: do perfil

diferenciado das escolas de ensino médio (privadas X públicas / públicas X públicas) e dos processos de auto exclusão: elementos objetivos / elementos subjetivos.

- **ECOPOL – Estado; Grupos Econômicos e Políticas Públicas:** coordenado pelo Prof. João Roberto Lopes, o projeto visa a capacitar agentes e lideranças de movimentos e organizações comunitárias e religiosas envolvidas nas lutas sociais, bem como a incidir sobre as políticas públicas, notadamente na área de saneamento. O projeto busca conectar pesquisa, ensino e extensão, reunindo dados e formando lideranças e atores sociais. O ECOPOL está trabalhando com organizações e lideranças envolvidas na luta em favor do direito humano ao saneamento nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, focando no monitoramento da implementação das parcerias público-privadas no setor e na atuação de grandes grupos econômicos no âmbito da infraestrutura social no País. Em parceria com diversas organizações e atores locais – Fase, Fiocruz, Rede Favela Sustentável, Fórum Popular do Orçamento, Sindicato dos Engenheiros, UFRJ, Pacs, reunidos na Rede De Vigilância Popular em Saúde e Saneamento. O ECOPOL coleta informações; seleciona bibliografia pertinente; discute sobre temas relativos, em especial sobre a atuação das concessionárias privadas de saneamento; realiza mapeamento/cartografia social de conflitos socioambientais; e desenvolve formação de atores, capacitando não apenas os movimentos e grupos sociais como também estudantes de envolvidos em suas ações. Atividades desenvolvidas: 1) participação nos encontros mensais da Rede de Vigilância Popular em Saúde e Saneamento, contribuindo na construção da agenda de atuação da Rede; 2) produção de dados e conhecimento sobre a atuação das concessionárias privadas, atuantes no saneamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; 3) realização de reuniões quinzenais da equipe do ECOPOL para discutir textos sobre a temática trabalhada, bem como estratégias de atuação do nosso Projeto; 4) contatos e trocas constantes com as organizações parceiras; 5) atuação junto a lideranças, organizações e movimentos sociais atuantes nos territórios, onde é mais comum a ocorrência do direito humano à água e ao saneamento.
- **MUDUNI – Modelo Universitário Diplomático da UNIRIO:** é um projeto de modelo de simulação feito pelos alunos da Escola de Ciência Política e coordenado pelo professor André Luiz Coelho Farias de Souza. Desde 2017, tem como objetivo constituir-se

enquanto fonte de aprendizado e produção acadêmica, tornando prático o conhecimento sobre a Política - doméstica ou internacional. Ao longo desses anos, desenvolvemos projetos, parcerias e formamos pesquisadores com o objetivo de auxiliar na difusão do conhecimento sobre a Ciência Política. Durante a pandemia, produzimos *briefings* sobre a situação de vacinação da Covid-19 em diversos países e, posteriormente, em Estados brasileiros. Além disso, tivemos simulações diplomáticas nacionais e internacionais. Em 2023, após reestruturação, foram promovidas lives com uma Deputada Federal, uma Pesquisadora e uma Diplomata, sempre com o intuito de auxiliar na formação dos pesquisadores. Sendo assim, o Muduni é um projeto da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro feito por e para estudantes do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da UNIRIO.

- **Programa Res Publica – Educação Política e Crítica Democrática:** O programa reúne os projetos CP nas Escolas, Con(s)Ciência Política e Cinepolítica, visando contribuir para a redução de assimetrias informacionais, fomentando uma cultura política crítica e participativa entre diversos públicos. Suas três frentes principais são: 1. Informação Eleitoral Acessível: sistematiza e divulga, de forma clara e comparativa, propostas de candidaturas a cargos eletivos, reduzindo os custos informacionais para o cidadão e contribuindo para o voto consciente; 2. Formação Política para a Juventude: promove oficinas e palestras em escolas de ensino médio, conduzidas por docentes e discentes, apresentando instituições e atores do cenário político nacional de forma didática e acessível; 3. Análise Crítica da Cultura Política: utiliza o cinema como ferramenta pedagógica para debater sobre as dinâmicas de poder, representação e comportamento social, através de ciclos de cine-debate abertos ao público geral. O programa tem como objetivo traduzir o conhecimento acadêmico em ações concretas em busca da promoção da educação política, do fortalecimento da cidadania e do incentivo ao pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade política contemporânea.

A curricularização da extensão no curso de Ciência Política atende à Resolução SCS nº 5.966, de 9 de julho de 2025, no seu Art. 6º, alínea IV:

“Art. 6º - Os Cursos deverão escolher uma entre as quatro propostas abaixo:

-
- I - reconhecimento de carga horária extensionista nas disciplinas, de forma parcial, com criação de nova disciplina no SIE;
 - II - criação de novas disciplinas obrigatórias e optativas para trabalhar os conteúdos do curso através de práticas extensionistas ou para atuação em programas e projetos de extensão;
 - III - cumprimento da carga horária extensionista através da Unidade Curricular Especial de Extensão conforme o art. 9º;
 - IV – combinação das propostas I, II e III, facultada a complementação da carga horária necessária através da Unidade Curricular Especial de Extensão.” (UNIRIO, 2025).

A proposta de curricularização da extensão adotada pelo curso de Ciência Política combina as propostas II e III da Resolução SCS Nº 5.966/2025. Serão oferecidas duas disciplinas obrigatórias de extensão: Estudos e Atividades Extensionistas I e Estudos e Atividades Extensionistas II, com 75h cada, totalizando 150 horas. As demais 120 horas de carga horária em atividades extensionistas serão desenvolvidas pelo aluno através da Unidade Curricular Especial de Extensão, “constituída de um conjunto de atividades de extensão, (...) as quais podem ser integralizadas durante o curso, de forma livre pelo discente.” (UNIRIO, 2025, Art. 9º). O discente deverá participar de atividades de extensão nas temáticas de Comportamento Político (CP), Instituições Políticas e Políticas Públicas (IPPP) e/ou Relações Internacionais e Política Mundial (RIPM). O estudante poderá participar de atividades de extensão vinculadas à Escola de Ciência Política e aos seus docentes, mas também de projetos oferecidos por docentes vinculados a outras unidades acadêmicas.

6.6 Atividades Complementares

As atividades complementares são normatizadas pela Resolução UNIRIO nº 2.628, de 8 de setembro de 2005, que define, no seu Art. 3º, que as “Atividades Complementares são aquelas que agregam conhecimentos e experiências para formação do aluno, estimulando-o à prática de estudos independentes, à interdisciplinaridade e ao reconhecimento da importância da permanente atualização profissional.”

Um amplo rol de atividades é reconhecido pela universidade no Art 5º da referida resolução:

- “I - Monitoria, atividades de Iniciação Científica, atividades que integrem Programas e/ou Projetos de Extensão, todas elas desenvolvidas pelos alunos bolsistas e/ou voluntários, no âmbito da Universidade ou fora, em comunidades, ONG's, conselhos

sociais e comunitários e agências de fomento, desde que as atividades estejam cadastradas nas Pró-Reitorias da Universidade;

II - Disciplinas cursadas na modalidade a distância e/ou presencial - que não constam na matriz curricular do Curso;

III - Disciplinas cursadas por convênio celebrado entre a UNIRIO e outra IES;

IV. - Participação em cursos de extensão de outras IES, de associações, conselhos profissionais e sindicatos;

V - Organização e/ou participação em eventos científicos, culturais, artísticos e políticos com ou sem apresentação de trabalho;

VI - Organização e/ou participação em congressos, seminários, simpósios, encontros, palestras, feiras, festivais, peças teatrais, concertos, recitais, gravações, composições, exposições (incluindo montagem), projetos de preservação cultural e ambiental;

VII - Publicação de capítulo de livro e artigo em periódico, resumo de trabalhos, comunicações em anais e outras publicações especializadas;

VIII - Estágios curriculares não obrigatórios em instituições na área de conhecimento cursada ou em áreas afins;

IX - Atuação profissional na área de conhecimento cursada ou em áreas afins;

X - E outras atividades complementares que poderão ser incorporadas, oriundas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação homologados pelos respectivos Colegiados;

XI - Representação estudantil na Universidade e demais esferas estadual, regional e nacional” (UNIRIO, 2005).

A Ordem de Serviço PROGRAD nº 004, de 15 de julho de 2018, normatiza o acompanhamento e registro das atividades complementares, contemplando ainda a participação de estudantes em grupos de estudos na UNIRIO e outras instituições de ensino superior, além de atividades cívicas. Esta ordem de serviço estabelece o teto de horas por atividade, por semestre letivo.

Anualmente, os docentes da ECP participam de editais de seleção de bolsistas de monitoria, iniciação científica e extensão, publicados pela UNIRIO e por outras instituições de fomento. Recebem, ainda, discentes voluntários nas mesmas atividades de monitoria, iniciação científica e extensão.

Os grupos de pesquisa – Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL), Estado, Grupos Econômicos e Políticas Públicas (ECOPOL), Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL), Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América, da África e da Ásia (CAIPORA) e Relações Estado e Política –reúnem docentes e discentes de graduação e pós-graduação no desenvolvimento de suas atividades. Os professores do bacharelado em Ciência Política, em sintonia com o PPGCP, desenvolvem pesquisas nas seguintes linhas: Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas e Relações Internacionais e Política Mundial.

A partir de trabalhos de pesquisa, desenvolvidos por meio da iniciação científica, com orientação de professores, os estudantes podem participar de eventos científicos para divulgação de seus resultados, tais como a Jornada de Iniciação Científica e encontros das associações de área, como Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras.

Finalmente, a ECP, em parceria com o PPGCP, fixa semestralmente um calendário para realização de palestras, proferidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, de modo presencial ou remoto.

O registro das atividades complementares ocorre por meio de preenchimento de formulário próprio, bem como envio da documentação comprobatória, que são enviados para a Secretaria Acadêmica. A Secretaria remete os requerimentos para os avaliadores, que aprovam ou rejeitam o registro com base na norma vigente na UNIRIO.

O corpo discente é informado a respeito das atividades complementares logo após o seu ingresso na universidade, na primeira semana do semestre letivo, quando ocorre a apresentação da ECP para os ingressantes. Os discentes são convidados a participar de atividades de monitoria, iniciação científica e extensão, bem como de grupos de estudos e dos eventos organizados durante os semestres letivos. Desta forma, os discentes são incentivados a aprofundar e diversificar a sua formação em Ciência Política, mantendo uma colaboração profícua com colegas e professores. Alternativamente, o discente, nos termos da norma vigente, pode optar por um percurso interdisciplinar, privilegiando atividades complementares desenvolvidas externamente.

6.8 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é regulamentado, na UNIRIO, pela Resolução nº 1.561/1996. O TCC tem caráter obrigatório, e resulta da reflexão científica pertinente à grade curricular do curso. O trabalho é um exercício de iniciação científica, que deve desenvolver, de modo aprofundado, um assunto específico na área de Ciência Política.

No curso de Ciência Política, o bacharelado deve, até o final da integralização da grade curricular, apresentar um Trabalho de Conclusão Curso, individual, avaliado por uma comissão formada pelo professor orientador e dois docentes. Esse trabalho constitui requisito

básico para a obtenção do grau de bacharel em Ciência Política e deverá seguir as orientações que constam do Manual do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciência Política, elaborado de forma a especificar as formas de monografia admitidas, os procedimentos de entrega e avaliação. O manual está disponível no sítio eletrônico do CCJP, no menu correspondente à Escola de Ciência Política.

Segundo o Manual do Trabalho de Conclusão de Curso – Ciência Política (UNIRIO):

“O Trabalho de Conclusão do Curso da graduação em Ciência Política da Unirio estabelece duas modalidades distintas, que serão apresentadas detalhadamente no presente documento, a saber: 1) Monografia; 2) Artigo Científico.” (ECP, s/d, p.01).

O manual normatiza a apresentação de cada modalidade:

- 1) “Todos devem obedecer às normas para a elaboração de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 2) Devem apresentar folha de rosto contendo: título do trabalho, nome da universidade, curso, nome do professor orientador e nome do aluno;
- 3) Todos devem seguir as seguintes indicações:
 - a. Tamanho da folha: A4;
 - b. Fonte: Times New Roman;
 - c. Tamanho de fonte do corpo do texto: 12;
 - d. Tamanho da fonte dos resumos, abstract e notas de rodapé: 10;
 - e. Espaçamento: 1,5 no corpo do texto e simples no resumo e notas de rodapé;
 - a. Os textos deverão ser acompanhados de resumo em torno de 150 palavras, em que fique clara uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de três a cinco palavras-chave e dados sobre o autor” (ECP, s/d, p.01-02).

Também especifica as regras de forma:

- 2) “Toda monografia deve ter entre 40 e 60 páginas;
- 3) Os artigos devem ter entre 8.000 e 11.000 palavras;
- 4) Todo projeto de pesquisa deve ter 20 páginas;
- 5) A monografia e o artigo devem conter o título, a introdução; um apartado teórico metodológico; os capítulos necessários para o desenvolvimento da argumentação, mostrando os resultados da pesquisa; as conclusões e a bibliografia utilizada.
- 6) Todo projeto de pesquisa deve obrigatoriamente contar com as seguintes seções:
 - a. Título;
 - b. Resumo;
 - c. Introdução;
 - d. Problema;
 - e. Hipótese;
 - f. Relevância da proposta;
 - g. Justificativa do projeto;
 - h. Delimitação;
 - i. Objetivos;

-
- j. Revisão da literatura e perspectiva teórica;
 - k. Metodologia;
 - l. Resultados esperados;
 - m. Cronograma de execução;
 - n. Bibliografia relacionada ao projeto.” (ECP, s/d, p.01-02)

As orientações obedecem à Resolução nº 1.561/1996, respeitando a liberdade de cátedra do docente para a condução da orientação:

“Art. 8º - Cabe ao professor orientador discutir com o aluno a delimitação do tema a ser investigado, o levantamento de dados e a bibliografia necessária à elaboração do trabalho, supervisionar a escolha da metodologia, a montagem do plano de monografia, a composição da introdução, do desenvolvimento das idéias e da conclusão, bem como proceder à leitura crítica de sua redação final.

(...) Art. 10 - Durante a elaboração do trabalho, o orientando terá, sistematicamente, entrevistas com o orientador, a fim de discutir o seu desenvolvimento.

Art. 11 - Somente depois da aprovação do orientador, que deverá ocorrer antes do prazo da entrega, o aluno terá de providenciar as cópias do trabalho.” (UNIRIO, 1996)

A viabilização do Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia ou artigo monográfico, é garantida pela oferta das disciplinas de Orientação Monográfica I e II, com 30 horas cada (2 créditos teóricos). Semestralmente, são abertas pelo curso de Ciência Política turmas de Orientação Monográfica I e Orientação Monográfica II em nome dos professores responsáveis pela orientação, sejam eles do Departamento de Estudos Políticos ou dos demais departamentos que oferecem componentes curriculares para o curso de Ciência Política, com limite de três vagas por turma. No início do semestre letivo, o discente deve se inscrever na disciplina correspondente à etapa de elaboração do TCC – Orientação Monográfica I ou Orientação Monográfica II – na turma do seu professor orientador, com a sua concordância prévia. Cabe ao colegiado do curso deliberar sobre excepcionalidades, como a ampliação do número de vagas em determinadas turmas.

O papel da coordenação ocorre em dois momentos: 1) na abertura das turmas e gestão da distribuição de estudantes entre elas; 2) na entrega do trabalho final. O Manual do Trabalho de Conclusão de Curso – Ciência Política (UNIRIO) estabelece que a versão digitalizada dos Trabalhos de Conclusão de Curso devem ser entregues à Coordenação em data determinada, segundo o calendário estabelecido no início de cada semestre, antes da defesa pública.

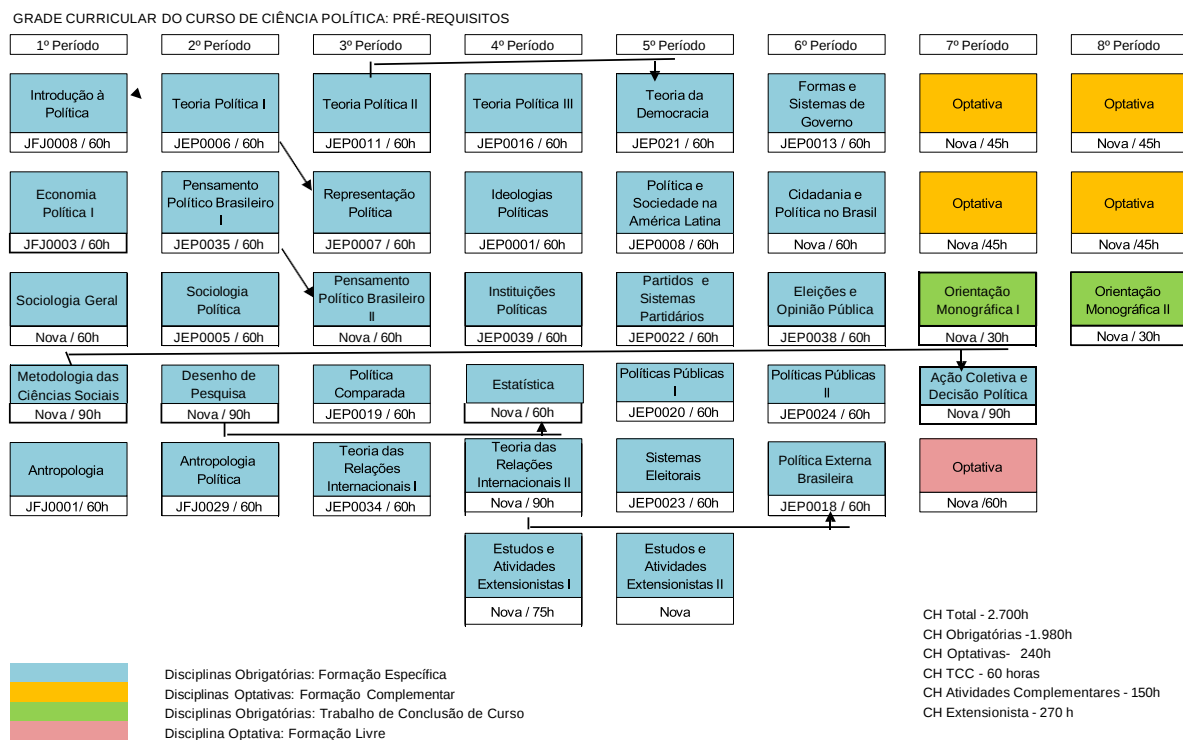
“O aluno deverá entregar à Coordenação, junto com as cópias do seu Trabalho de Conclusão de Curso, declaração do professor orientador, atestando que o orientando cumpriu as etapas do processo de orientação, ao desenvolver sua monografia durante o semestre, e autorizando-o a defender o trabalho publicamente.” (ECP, s/d, p.03)

Após o registro da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, a Coordenação deverá remetê-lo à Biblioteca Setorial do CCJP para produção da ficha catalográfica e publicação da sua versão digital no Repositório Institucional Hórus.

6.9 Fluxograma

Figura 3 – Fluxograma do Curso de Ciência Política – Bacharelado

FLUXOGRAMA DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA 2026



A matriz curricular do Curso, com ementário, consta no Quadro dos Componentes Curriculares – Anexo I.

7. METODOLOGIA DIDÁTICA

Respeitando-se a autonomia de cátedra, é incentivada a participação dos estudantes, com a construção do conhecimento dentro de sala de aula, auxiliada pela leitura do conteúdo teórico e/ou metodológico da disciplina e, quando for o caso, de atividades alternativas que fomentem e desenvolvam a capacidade analítica dos discentes.

São conduzidas aulas presenciais expositivas e dialogadas a partir da leitura prévia de textos, conforme bibliografia definida nos programas das disciplinas, assegurando o contínuo acompanhamento das atividades, a capacidade autônoma do discente e a acessibilidade metodológica. Atividades presenciais avaliativas conduzidas por parte dos discentes, em interação direta com os demais em sala de aula, mediadas pelo docente responsável pela disciplina.

Em todas as atividades desenvolvidas em sala de aula, é estimulada a utilização de recursos digitais, apresentando gráficos, quadros analíticos, figuras, que ampliem a avaliação crítica da realidade pelo corpo discente.

A relação entre teoria e prática ocorre por meio de visitas, construção de bancos de dados, atividades de coleta de dados e informações, realização de entrevistas, técnicas de modelagem e simulação.

8 AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação do Estudante

O curso adota critério de avaliação de desempenho discente semestral, que inclui no mínimo duas avaliações regulares, segunda chamada - avaliação extra, não-automática, em caso de falta justificada do aluno - e avaliação final - somente aplicada aos estudantes que não alcançaram média final suficiente para aprovação direta.

As atividades avaliativas regulares são aplicadas pelo docente ao longo do semestre, com formato e periodicidade de acordo com o programa de cada disciplina. A avaliação final tem data prevista no calendário acadêmico da universidade.

Será aprovado na disciplina o aluno que obtiver média aritmética das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete). O aluno que atingir média aritmética inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (cinco) deverá realizar a avaliação final. Será tido como reprovado por insuficiência acadêmica o aluno que não alcançar a média aritmética 4,0 (cinco). O aluno que ficar para avaliação final deverá, para ser aprovado na disciplina, obter média final 5,0 (cinco), calculada entre a nota da avaliação final e média aritmética das aferições anteriores.

Os professores de cada disciplina são os responsáveis pela elaboração e correção das avaliações dadas para as suas respectivas turmas. Após a correção, os estudantes recebem a devolutiva dos professores, e podem solicitar revisão das suas notas, de acordo com os trâmites estabelecidos pela Resolução nº 4.647, de 10 de maio de 2016.

A partir das avaliações, em colaboração com os monitores das suas disciplinas, os professores traçam estratégias pedagógicas para melhoria da aprendizagem, sempre considerando os contextos específicos das turmas.

8.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O projeto pedagógico do curso passa por constante avaliação pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciência Política, que se reúne periodicamente para debater demandas apresentadas pelo corpo docente e discente, e apresentar soluções.

A escuta à comunidade também ocorre por meio de pesquisas junto aos egressos. Neste particular, cabe destacar o trabalho “Evasão no Curso de Ciência Política da Unirio”, apresentado pelo Prof. Felipe de Moraes Borba no 11º Encontro da ABCP, em Curitiba, Paraná, em 2018. A pesquisa buscou levantar dados sobre evasão e identificar suas causas, visando alimentar a tomada de decisão para promoção de melhorias no curso, o que contribuiu para a elaboração do presente projeto pedagógico do curso, cuja primeira versão foi concluída em 2021.

8.3 Avaliação Interna e Externa

A avaliação do curso se desdobra em três níveis:

No nível externo, a avaliação é feita pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive *in loco*. A última avaliação do curso ocorreu em 2024, tendo recebido nota 4. O curso de Ciência Política da UNIRIO não é avaliado pelo ENADE.

No nível institucional, a avaliação institucional feita pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIRIO, “responsável pela coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, além da orientação, da sistematização e do assessoramento às instâncias acadêmicas e administrativas da UNIRIO em suas decisões estratégicas,” (UNIRIO, s/d).

A CPA é regulamentada pela Resolução nº 3.506/2010, que aprovou o seu Regimento Interno. No seu capítulo III, é definida a sua composição, exercício e mandato:

“Art. 5º - Compõem a CPA/UNIRIO representantes das categorias Docente, Técnico-Administrativa e Discente da Universidade, além de integrantes da sociedade civil organizada. Parágrafo Único - As representações Docente, Técnico-Administrativa e Discente serão compostas de modo a que nenhuma delas venha a constituir maioria absoluta. Art. 6º - A CPA/UNIRIO é constituída por 11 (onze) membros titulares e seus suplentes, dos quais:

I – dois representantes do segmento docente, sendo um eleito pelos seus pares e outro indicado pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – ADUNIRIO;

II – dois representantes do segmento técnico-administrativo, sendo um eleito pelos seus pares e outro indicado pela Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – ASUNIRIO;

III – dois representantes do segmento discente, sendo um eleito pelos seus pares e outro indicado pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE;

IV – um representante dos servidores integrantes do quadro permanente da UNIRIO, pertencente ao elenco de avaliadores de cursos de graduação do Banco de Avaliadores do SINAES - BASis, indicado entre seus pares;

V – dois especialistas em Avaliação integrantes do quadro permanente da UNIRIO, indicado entre seus pares;

VI – dois representantes da sociedade civil organizada, com participação espontânea, cujas entidades representadas serão escolhidas, a cada dois anos, pelo Conselho Universitário;

Parágrafo Único – A CPA poderá convidar especialistas para atuarem como consultores.

Art. 7º - A composição da Comissão observará os seguintes critérios:

I – os dois representantes dos segmentos docente e técnico-administrativo e seus suplentes serão servidores que se encontrem em efetivo exercício de suas funções e que não exerçam cargo de confiança na Universidade;

II – os dois representantes do segmento discente dos cursos regulares da UNIRIO e seus suplentes serão escolhidos entre os alunos regularmente matriculados que estejam cursando pelo menos o 3º período;

III – os representantes dos avaliadores do BASIS na UNIRIO e dos especialistas em Avaliação e seus suplentes serão indicados respectivamente entre seus pares, dentre servidores que se encontrem em efetivo exercício de suas funções e que não exerçam cargo de confiança na Universidade;

IV – os dois representantes da sociedade civil e seus suplentes serão indicados por suas entidades.

Art. 8º - O tempo de mandato dos integrantes da CPA/UNIRIO será conforme discriminado abaixo:

I – representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos - três anos;

II – representantes do segmento discente - um ano;

III – representantes dos integrantes do BASIS na UNIRIO - dois anos;

IV – representante da sociedade civil – dois anos.

V – representantes dos servidores especialistas em Avaliação – três anos

Parágrafo Único - Será permitida aos integrantes da CPA/UNIRIO uma recondução de igual período de seu mandato, conforme previsto no artigo 6º.” (UNIRIO, 2010).

De acordo com o sítio eletrônico da CPA-UNIRIO (s/d), esta é a sua composição atual:

“Representante do segmento docente eleito - 1 vaga: [vacante] (...)

Representante do segmento docente indicado por entidade de classe - 1 vaga: [vacante] (...)

Representante do segmento técnico-administrativo eleito - 1 vaga: Técnico: Sidney Oliveira Rodrigues / Suplente: Silvia Helena da Silva Figueira.

Representante do segmento Técnico-administrativo indicado por entidade de classe - 1 vaga: Técnico: Wilson Ferreira Mendes / Suplente: Jose Carlos da Silva Rios.

Representante do segmento discente eleito - 1 vaga: Discente: Priscilla Torres Pinheiro Alves / Suplente: Sérgio Luiz Gomes da Luz.

Representante do segmento discente indicado por entidade de classe - 1 vaga: Discente: Livia Eduarda da Silva Pinto / Suplente: Juarez Batista Campos Junior.

Representante do SINAES - BASIs - 1 vaga: [vacante] (...).

Representantes Especialistas em Avaliação - 2 vagas: [vacante] (...).

Representante da Sociedade Civil Organizada - 2 vagas: [vacante] (...); Senhor: Abílio Valério Tozini pela ALMA / Suplente: Alice Amélia Oliveira de Mello Mattos

Coordenador da CPA - Técnico Sidney Oliveira Rodrigues.

Coordenador Adjunto - Wilson Ferreira Mendes.

Secretária - Carolina Pereira da Silva.” (UNIRIO, s;/d).

No nível da Escola de Ciência Política, a autoavaliação do curso de Ciência Política é conduzida pela Comissão Interna de Autoavaliação do Curso (CIAC), que atua em parceria com o NDE. CIAC é composta por seis integrantes, conforme dispõe a Resolução 3.690/2011:

- César Sabino – docente;
- Felipe de Moraes Borba – docente;
- João Roberto Lopes Pinto – docente;
- Andrea Tonelotto – servidora técnico-administrativa;
- *Vacante – discente;*
- *Vacante – discente.*

A atuação da CIAC prevê a aplicação, semestralmente, de questionários de avaliação, semelhantes àqueles aplicados junto à comunidade acadêmica do PPGCP. Essa ação revela a coerência entre graduação e pós-graduação na Escola de Ciência Política. A partir dos resultados coletados, a CIAC e o NDE traçam estratégias para aprimoramento dos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão do curso de Ciência Política.

É importante destacar também a atuação do NDE na promoção de ações em resposta às avaliações do MEC. O relatório avaliativo emitido pelo MEC em 2018 foi um dos motivadores da reforma do projeto pedagógico do curso. No que tange à demanda da comunidade acadêmica, a inclusão de carga horária prática em disciplinas do curso responde aos anseios expressos pelo corpo discente durante o processo de auto avaliação.

9 CORPO DOCENTE, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E DE APOIO

O Curso de Ciência Política é ministrado sob a responsabilidade do CCJP, que, além de adotar a estrutura administrativa prevista no Estatuto e no Regimento da Universidade, tem uma dinâmica de funcionamento que lhe é própria.

O curso interage com cinco Departamentos de Ensino (pertencentes a distintos Centros Acadêmicos da UNIRIO), a saber, Departamento de Estudos Políticos; Departamento de Fundamentos em Ciências Jurídicas, Políticas e Administração; Departamento de Métodos Quantitativos; Departamento de Didática; Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos.

Professores que integram os diferentes departamentos de ensino, precedentemente arrolados, poderão lecionar as disciplinas que compõem a grade curricular do curso, sem prejuízo da abertura de concurso público para o magistério superior. O Regime de Trabalho do corpo docente compreende 40h, 20h e Dedicação Exclusiva (DE), incluindo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por sua vez, o critério de distribuição da carga horária compete à chefia do departamento a que o professor pertence.

O corpo docente do curso de Ciência Política, segundo a presente matriz curricular é composto pelos professores:



Departamento de Estudos Políticos:

- Prof. André Luiz Coelho Faria de Souza – Doutor, DE;
- Profa. Andréa Lopes da Costa Vieira – Doutora, DE;
- Prof. Cesar Sabino – Doutor, DE;
- Profa. Cristiane Corrêa Batista – Doutora, DE;
- Prof. Fabricio Pereira da Silva – Doutor, DE (em redução de carga horária, nos termos da lei);
- Prof. Felipe de Moraes Borba – Doutor, DE;
- Prof. Fernando Daniel Quintana – Doutor, DE;
- Prof. Guilherme Simões Reis – Doutor, DE;
- Prof. João Roberto Lopes Pinto – Doutor, 40h;
- Profa. Luciana Fernandes Veiga – Doutora, DE;
- Profa. Marcia Ribeiro Dias – Doutora, DE;
- Profa. Roberta Rodrigues Marques da Silva – Doutora, DE.

Há ainda uma vaga a ser preenchida, atualmente atrelada a um processo de redistribuição docente.

Departamento de Fundamentos em Ciências Jurídicas, Políticas e Administrativas:

- Profa. Taíssa Salles Romeiro – Doutora;
- Prof. Oswaldo Pereira de Lima Junior – Doutor.

Departamento de Métodos Quantitativos:

- Prof. Steven Dutt-Ross – Doutor, DE;
- Prof. Vinicius Pinheiro Israel – Doutor, DE.

Departamento de Didática: vários professores, responsáveis pelas diferentes turmas de HDI 0142 – Língua Brasileira de Sinais.

Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos:

- Prof. Wanderson Fernandes de Carvalho – Doutor.

O Curso de Ciência Política possui uma Coordenação, apoiada por uma Secretaria de Ensino, unificada para todo o CCJP, que funciona nos três turnos, atendendo aos seus três cursos (Ciência Política, Administração Pública e Direito). A Secretaria do Curso executa os serviços afetos ao funcionamento do próprio curso prestando apoio ao Coordenador, além de

atender a professores e alunos e secretariar as reuniões do Colegiado de Curso - através de um de seus servidores. É composta pelo seguinte corpo técnico:

- Aline Almeida - Técnica em Assuntos Educacionais;
- Andrea Tonelotto - Assistente em Administração;
- Claudio Leandro Silva - Assistente em Administração;
- Daniella Pizzino - Assistente em Administração;
- Patrick Evangelista – Assistente em Administração.

10. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante é normatizado pela Resolução nº 3.531, de 9 de novembro de 2010 da UNIRIO. De acordo com o seu Art. 2º:

“O Núcleo Docente Estruturante - NDE - constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, além de zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. Parágrafo Único - A composição do Núcleo Docente Estruturante caracteriza-se por um conjunto de professores do corpo docente efetivo de cada Curso de Graduação da Universidade, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral (40h ou Dedicção Exclusiva - DE).” (UNIRIO, 2010).

O artigo 3º define as suas atribuições:

- a) Acompanhar a criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, do qual foi co-responsável por sua elaboração, contribuindo para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- b) Atualizar, quando necessário, o Projeto Pedagógico e conduzir os trabalhos de Reforma Curricular para aprovação no Colegiado do Curso e nas demais instâncias;
- c) Analisar e avaliar o planejamento dos componentes curriculares como, por exemplo, disciplinas, estágios e atividades complementares, zelando pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- d) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso definidas pelo Colegiado e acompanhar a programação estabelecida a fim de superar os pontos frágeis do Curso apontados pelo processo avaliativo;
- e) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do Curso, de exigência do mercado de trabalho, e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento;
- f) Acompanhar as atividades do Corpo Docente, recomendando ao Colegiado do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.”

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Ciência Política é composto atualmente por seis integrantes:

- Profa. Roberta Rodrigues Marques da Silva – Doutora, DE – coordenadora do curso de graduação em Ciência Política.
- Prof. André Luiz Coelho Faria de Souza – Doutor, DE;
- Profa. Cristiane Corrêa Batista – Doutora, DE;
- Prof. Guilherme Simões Reis – Doutor, DE;
- Profa. Luciana Fernandes Veiga – Doutora, DE;
- Profa. Marcia Ribeiro Dias – Doutora, DE.

Parte dos seus integrantes foi mantida desde o último ato regulatório: os professores André Luiz Coelho Farias de Souza, Guilherme Simões Reis e Marcia Ribeiro Dias.

O NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC. Subsidiado por dados extraídos pela Secretaria Acadêmica e pelo do Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Educacionais (NAPE) do CCJP, realiza estudos sobre entrada, permanência e retenção de estudantes. Por meio desses estudos, propõe a atualização periódica do curso. Também mantém a escuta junto ao corpo docente e discente, a fim de verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante. Finalmente, realiza estudos sobre o perfil do egresso, traçando estratégias para atendimento às novas demandas do mundo do trabalho, considerando as DCNs.

11 COLEGIADO DE CURSO

O curso conta com um colegiado constituído pelo coordenador que o preside, pelos professores, e por representantes do corpo discente - escolhido pelo Centro Acadêmico – nos termos do Regimento da UNIRIO. Esse Colegiado reúne-se regularmente e por convocação de seu titular.

O Regimento da UNIRIO estabelece as competências do Colegiado de Curso de Graduação no seu Art. 76:

- “I – fixar diretrizes e compatibilizar objetivos gerais e especiais das disciplinas que integram o Curso;
- II – supervisionar as atividades do Curso, propondo aos órgãos competentes providências para a melhoria do nível do ensino nele ministrado;

-
- III – opinar conclusivamente sobre currículo e pré-requisito, encaminhado recomendações ao Departamento competente;
 - IV – opinar sobre a programação acadêmica, destinada a compatibilizar as ofertas das disciplinas originárias dos diferentes Departamento que colaboram na ministração no Curso;
 - V – opinar conclusivamente sobre assuntos de natureza didático-pedagógica do Curso;
 - VI – promover atendimento às recomendações dos Departamentos, do Conselho do Centro e dos Colegiados Superiores sobre assuntos de interesse do Curso;
 - VII – desempenhar outras tarefas inerentes às suas atribuições não especificadas no Regimento.”

O Estatuto da UNIRIO fixa a composição do colegiado no seu Art. 75, garantindo a representatividade dos segmentos:

- “Os Colegiados de Curso de Graduação funcionarão, no que lhes couber, segundo as normas estabelecidas no presente Regimento e no Regimento do respectivo Centro Universitário, coma seguinte composição:
- a) Coordenador de Curso, como Presidente;
 - b) Vice-Coordenador, com Vice-Presidente;
 - c) Chefes de Departamentos que tenham disciplinas integrantes do Curso de Graduação;
 - d) Professores Titulares das disciplinas integrantes do Curso de Graduação;
 - e) Professores Responsáveis por disciplinas integrantes do Curso de Graduação;
 - f) 1 (um) representante dos Professores Adjuntos; 1 (um) representante dos Professores Assistentes e 1 (um) representante dos Auxiliares de Ensino, nos Departamentos que tenham disciplinas integrantes do respectivo Curso de Graduação;
 - g) 1 (um) representante estudantil indicado pelo Diretório Acadêmico do Centro Universitário a que pertencer o Curso de Graduação”.

O Colegiado do Curso de Ciência Política mantém reuniões ordinárias trimestrais, com registro das decisões em ata. As decisões são encaminhadas para os Departamentos de Ensino responsáveis por componentes curriculares do curso e Centro Acadêmico de Ciência Política (CACP), diretório estudantil representativo do corpo discente do curso.

A avaliação do desempenho do colegiado do curso é realizada pela Comissão Interna de Avaliação do Curso, para implementação ou ajuste de práticas.

12. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Resolução nº 4.102, de 30 de abril de 2013 da UNIRIO estabelece, no seu Art. 2º, as atribuições Coordenador de Curso de Graduação na Modalidade Presencial:

-
- “1. Coordenar, supervisionar e orientar as atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas do Curso de sua competência, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Colegiado do Curso e as determinações dos Órgãos Superiores e da legislação vigente;
 2. Convocar sempre que necessário e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;
 3. Convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
 4. Acompanhar os trabalhos da Comissão Interna de Avaliação de Curso (CIAC);
 5. Solicitar aos Chefes de Departamento de Ensino, a cada semestre letivo, a oferta dos componentes curriculares do Curso, de acordo com o Calendário Acadêmico;
 6. Encaminhar ao Diretor da Escola / Faculdade / Instituto, a cada semestre letivo, as demandas consolidadas para a oferta dos componentes curriculares do Curso;
 7. Participar junto com o Diretor da Escola / Faculdade / Instituto da elaboração dos horários dos cursos a serem submetidos à aprovação do Colegiado da Escola / Faculdade / Instituto;
 8. Supervisionar e consolidar a oferta dos componentes curriculares do Curso no Sistema de Informações para o Ensino - SIE;
 9. Coordenar a matrícula e a inscrição dos estudantes nos componentes curriculares do Curso;
 10. Integrar e presidir a Comissão de Matrícula;
 11. Acompanhar o desenvolvimento acadêmico e pedagógico do estudante de acordo com as diretrizes dos órgãos de apoio pedagógico e ações de assistência estudantil da UNIRIO;
 12. Integrar o Conselho do Centro Acadêmico, o Colegiado da Escola / Faculdade / Instituto e a Câmara de Graduação;
 13. Responsabilizar-se pelo fornecimento de dados relativos ao curso às Unidades Organizacionais internas e externas à UNIRIO;
 14. Elaborar a programação acadêmica do Curso e submetê-la aos Colegiados do Curso e da Escola/ Faculdade / Institutos;
 15. Propor, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), visando à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, em conjunto com o NDE, a CIAC, o Colegiado do Curso e o Colegiado da Escola/ Faculdade / Instituto;
 16. Solicitar aquisição de material bibliográfico e material didático considerando as necessidades do Curso e o estabelecido pelos órgãos de avaliação ou de fiscalização profissional;
 17. Manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares no PPC e na Biblioteca Central;
 18. Recepcionar e acompanhar as atividades das Comissões do MEC ou de entidades de fiscalização profissional;
 19. Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UNIRIO e nos calendários externos no que diz respeito às atribuições institucionais.”
- (UNIRIO,2013)

A fim de manter o diálogo constante com o corpo docente, o Coordenador do Curso trabalha em colaboração com o NDE e a CIAC, além de atender a demandas individuais por e-mail (coordenacao.cienciapolitica@unirio.br) ou presencialmente. A interlocução com o corpo estudantil ocorre, diariamente, por e-mail, além de atendimentos presenciais durante os plantões da coordenação do curso, que ocorrem semanalmente. A coordenação também mantém o diálogo com o corpo discente por meio da representação estudantil, através do Colegiado do Curso, do CIAC e de reuniões agendadas sob demanda.

13 POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A ECP fomenta um ambiente institucional que permite o enriquecimento da formação discente, para além da sala de aula. Os estudantes são convidados a integrar grupos de pesquisa e se engajar em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, os docentes do curso de Ciência Política participam de programas institucionais que viabilizem o pagamento de bolsas, que fomentem a participação dos estudantes nessas atividades:

- Programa de Monitoria: vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), “tem como objetivo o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem à articulação entre teoria e prática e à integração curricular em seus diferentes aspectos” (UNIRIO, 2023, p.219). O programa de monitoria permite ao estudante aprofundar os seus conhecimentos do conteúdo da disciplina, bem como conhecer a função docente (UNIRIO, 2023);
- Programa de Iniciação Científica (PIBIC): vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI), tem “como objetivo capacitar os alunos de Graduação em atividades de pesquisa, bem como estabelecer canais adequados a sua formação mediante a utilização de procedimentos teóricos e metodológicos no desenvolvimento do conhecimento.” (UNIRIO, 2023, p. 222).
- Programa Institucional de Bolsa de Extensão Universitária: organizado pela PROExC, concede bolsas para projetos nas áreas de “Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.” (PROExC, s/d).
- Programa de Educação Tutorial (Incubadora PET/UNIRIO): também vinculado a PROGRAD, “[s]uas atividades são orientadas pelo princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.” (UNIRIO, 2023, p. 219);

Além destes quatro programas, que contam com a participação contínua de docentes da ECP, a UNIRIO oferece bolsas também por meio de outros programas institucionais, que podem contar com a participação de docentes, servidores técnico-administrativos e discentes do curso de Ciência Política, a saber:

-
- Bolsa de Acompanhamento Discente de Graduação (PRADIG): concedida pela PROGRAD, objetiva permitir aos estudantes a implementação dos “conhecimentos adquiridos no decorrer de seu Curso de Graduação.” (UNIRIO, 2023, p. 219).
 - Programa de Tutoria Especial (PROTES): “programa de apoio acadêmico a estudantes de Graduação, que visa a reduzir a retenção e a evasão e é dividido em três eixos: Tutoria de Nivelamento, Tutoria de Disciplinas e Tutoria de Apoio a Pessoas com Deficiência.” (UNIRIO, 2023, p. 219).
 - Projetos de cooperação interinstitucional: vinculados ao Núcleo Institucional de Projetos (NUINP), da Reitoria da UNIRIO: são concedidas bolsas para “projetos diversos que contemplem a perspectiva do ensino, pesquisa e extensão, em constante diálogo com as demandas da sociedade”, por meio de parcerias interinstitucionais com organizações da sociedade civil e/ou demais entidades do terceiro setor (NUINP, s/d).

Os discentes do curso de Ciência Política também têm a oportunidade de participar de programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional, que têm como objetivo “complementar, aprofundar e aperfeiçoar os conhecimentos técnico-científicos dos Cursos de Graduação e ampliar experiências, decorrentes de contatos mantidos entre colegas de Curso, professores e servidores técnico-administrativos de outras instituições de ensino.” (UNIRIO, 2023, p.65).

Na modalidade de mobilidade acadêmica nacional, os estudantes do curso de Ciência Política podem participar do Programa Andifes (convênio com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes) e do Programa de Mobilidade Acadêmica entre a UNIRIO e instituições de ensino superior público municipais e estaduais (UNIRIO, 2023, p.66).

Já na modalidade de mobilidade acadêmica internacional, gerida pela Coordenadoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (CRI), o estudante pode cursar um ou dois semestres em universidades no exterior que mantenham convênio com a UNIRIO. Editais para seleção de bolsistas para mobilidade internacional são publicados pela CRI, mas também há a possibilidade de intercâmbio sem percepção de bolsa. A UNIRIO mantém convênio com três universidades estrangeiras que oferecem cursos de graduação em Ciência Política: Universidad San Martín (UNSAM), em Buenos Aires (Argentina), Universidade de Lisboa (Portugal) e a Universidade de Granada (Espanha). O discente também pode fazer mobilidade

para cursos afins, em universidades estrangeiras que ofereçam disciplinas que complementem a sua formação interdisciplinar.

O curso de Ciência Política também recebe estudantes estrangeiros, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que “oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.” (UNIRIO, 2023, p.150).

Vale mencionar também o relacionamento entre a UNIRIO e os seus egressos, por meio do Programa de Acompanhamento de Alunos Egressos (PROJOIA). Promovido pela PROGRAD, é “destinado ao acompanhamento do estudante que concluiu o seu Curso de Graduação na Universidade.” (UNIRIO, 2023, p. 219).

14. APOIO AO DISCENTE

Um conjunto de ações é promovido para o acolhimento do estudante de Ciência Política, quando ele ingressa no curso. As ações, empreendidas pela PROGRAD, pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), pela ECP e pela Coordenação do Curso de Ciência Política são complementares, reforçando o compromisso com a recepção do estudante.

Na primeira semana de aula, geralmente imediatamente após a realização da Aula Inaugural da ECP (realizada em conjunto com o PPGCP), o corpo docente da Escola de Ciência Política e o corpo técnico que compõe a Secretaria de Ensino participam de um evento de recepção dos calouros. As diferentes agremiações estudantis (Centro Acadêmico de Ciência Política, Empresa Júnior Potentia, Atlética, etc.) também participam da ação. A aula inaugural é um momento de boas-vindas ao estudante ao universo da Ciência Política, quando ele tem o primeiro contato com uma figura proeminente sobre um assunto de interesse no campo.

Após a realização da aula inaugural, os docentes da ECP apresentam seus interesses em pesquisa e extensão, os grupos de pesquisa que coordenam e as disciplinas pelas quais são responsáveis. Os docentes que ocupam cargo de direção – Diretor(a) da Escola de Ciência Política – e função gratificada – Coordenador(a) do Curso de Ciência Política, Chefe do Departamento de Estudos Políticos – apresentam, sucintamente, as atribuições dos cargos e o seu relacionamento institucional com o corpo discente, local e horários dos plantões de atendimento e canais de contato. Também são apresentados os principais programas de

ensino, pesquisa, extensão e apoio aos discentes. Nesse momento, os estudantes também são introduzidos aos eixos que compõem o currículo do curso, conhecendo a importância não apenas das disciplinas obrigatórias e optativas, como também das atividades complementares e do trabalho de conclusão de curso. Um representante do corpo técnico apresenta as atribuições da Secretaria de Ensino, a sua localização, o seu horário de atendimento, além de disponibilizar os canais de contato.

Na UNIRIO, há também ações de acolhimento empreendidas para todo o corpo estudantil:

- Evento semestral de recepção de calouros, organizado em conjunto pela PROGRAD, PRAE, PROPGPI e PROexC;
- Rodas de conversa semanais, organizadas pela PRAE;
- PRAE itinerante, como visitas da equipe desta Pró-Reitoria aos diferentes *campi* da UNIRIO, inclusive o CCJP.

No que diz respeito à permanência estudantil, cabe destacar a atuação do NAPE do CCJP, criado em 2024. Segundo o seu regulamento interno:

“Art. 1º O Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Educacionais (NAPE) se caracteriza como um núcleo técnico de natureza interdisciplinar, responsável por ações institucionais voltadas para as políticas de incentivo e apoio ao estudante e aos docentes no âmbito acadêmico, bem como ajuda frente às dificuldades que possam comprometer o rendimento do discente no curso e no processo de aprendizagem.” (CCJP, 2024).

A criação do NAPE, integrado atualmente por duas servidoras técnicas em assuntos educacionais, é de fundamental importância para o curso de Ciência Política. As ações empreendidas pelo NAPE permitem a coleta sistemática de dados sobre retenção, abandono e conclusão do curso, além do contato permanente com os estudantes, permitindo à comissão de matrícula e a Coordenação do Curso empreender ações, de caráter individualizado, de apoio aos estudantes, visando à sua permanência.

Na UNIRIO, a PRAE é a responsável por um conjunto de ações que visam garantir a permanência estudantil, às quais os estudantes de Ciência Política têm acesso:

- Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA): “destinada prioritariamente aos estudantes de primeira Graduação, apenas presencial, em situação de vulnerabilidade

socioeconômica”. Permite a qualificação acadêmica dos discentes, tendo como contrapartida a dedicação de até 12 horas semanais (UNIRIO, 2023, p.177);

- Auxílio-alimentação: concedido em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (UNIRIO, 2023, p.177);
- Auxílio-moradia: “oferecido para estudantes que sejam oriundos de outros estados ou municípios localizados a 100 km da sede principal da UNIRIO” (UNIRIO, 2023, p.177);
- Restaurante Universitário: “o objetivo principal é oferecer uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas”. É destinado a todo o corpo discente da universidade (UNIRIO, 2023, p.177). O restaurante universitário está localizado no campus Pasteur, 458.

Cabe destacar a importância fundamental do transporte *intercampi*, vinculado à Diretoria de Atividades de Apoio (DAA), que permite o deslocamento dos estudantes do CCJP até o campus Pasteur, 458, onde se localiza o restaurante universitário, bem como para atividades de ensino, pesquisa e extensão em outros *campi* da UNIRIO. O transporte *intercampi* também permite o deslocamento urbano dentro do município do Rio de Janeiro e em Nova Iguaçu, facilitando o trajeto casa-universidade e universidade-casa.

A PRAE oferece ainda ações de apoio psicológico e pedagógico. Em casos específicos, a coordenação do curso pode sugerir, em diálogo com o estudante, o seu encaminhamento para o apoio psicológico e pedagógico oferecido pela PRAE.

As ações voltadas para a permanência estudantil incluem também os aspectos eminentemente acadêmicos. Monitores de disciplinas desempenham papel fundamental na intermediação entre estudante e professor, facilitada pelo diálogo horizontal entre estudantes.

Também merece destaque o papel da disciplina Introdução à Política para o nivelamento entre os estudantes: organizada na forma de seminários conduzidos por professores da ECP, permite a introdução aos temas centrais da Ciência Política a partir de uma linguagem acessível, que serão trabalhados com maior profundidade durante o percurso acadêmico.

Finalmente, a permanência estudantil também é assegurada pela constante interlocução com o mercado de trabalho. Por meio de convênios firmados entre a PROGRAD e empresas, órgãos públicos e terceiro setor, o estudante de Ciência Política é incentivado a

cursar estágios na área. Em 2024, o colegiado do curso de Ciência Política instituiu uma comissão, composta por três professores, responsável pelo acompanhamento do estágio não obrigatório, visando dialogar com representantes de órgãos públicos, empresas e terceiro setor. Atualmente, os discentes do curso de Ciência Política realizam estágio na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nas Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, na Fundação de Arte de Niterói, em Secretarias Municipais no Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Mesquita, no Consulado Geral Britânico, entre outros.

15. INFRAESTRUTURA

O CCJP está situado em um casarão de estilo eclético, construído em 1897, situado na Rua Voluntários da Pátria, 107, Botafogo. Sua fachada, volumetria e telhado são tombados pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.904 de 12 de dezembro de 1990), que reconhece a magnificência de exemplares arquitetônicos do bairro de Botafogo e requer a sua preservação. Além do casarão, o campus é constituído ainda por um bloco anexo.

Atualmente, o casarão passa por obras de restauro, que permitirão a sua recuperação e uso pelos corpos docente, técnico e discente do CCJP. A Escola de Ciência Política obteve a primeira parte dos recursos para a realização da obra, advindos de emenda parlamentar. Os espaços do casarão serão ocupados pelas Secretarias Acadêmicas, salas da Decania, Direções de Escola, Chefias de Departamento e Coordenações de Curso, sala de professores, programas de pós-graduação e Protocolo Setorial.

Hoje, as coordenações do CCJP dividem uma sala, equipada com aparelho de ar-condicionado, computadores conectados à internet, impressora e armários. O atendimento ocorre em escala entre os coordenadores, a fim de propiciar a privacidade no atendimento aos discentes de cada curso.

No prédio anexo, ocorrem as aulas para os cursos de graduação do CCJP. O prédio tem quatro andares, que podem ser acessados por escadas ou por elevador, o que viabiliza o acesso a pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida. As disciplinas do curso de Ciência Política são predominantemente oferecidas nos períodos matutino e vespertino, quando o espaço é dividido com o curso de Administração e, ocasionalmente, pelo curso de Direito. O anexo possui quatro andares, contendo dez salas de aula, um auditório, um miniauditório

(reformado em 2024) e um laboratório de informática e três laboratórios de pesquisa, cujo espaço é descrito a seguir:

- Laboratório de informática situado em sala de 50 m² refrigerada, equipada com 15 computadores ligados à internet via cabo e *wi-fi*, dispondo de softwares básicos, como Windows e Office, e programas de tratamento de dados (SPSS). Este laboratório destina-se ao uso compartilhado entre docentes e discentes, podendo ser reservado para reuniões dos grupos de pesquisa em funcionamento na ECP. As aulas de Desenho de Pesquisa são ministradas nesse Laboratório. Há sempre disponibilidade de equipamento para uso dos discentes;
- Sala de leitura de 15 m², com mesa redonda, oito cadeiras, *wi-fi*, lousa e quadro de avisos. Anexa aos laboratórios de pesquisa acima descritos. Acesso preferencial aos discentes;
- Sala de reuniões de 40 m², equipada com dois computadores, impressora, mesa de reuniões e cadeiras, disponível mediante reserva prévia, onde os docentes podem atender os discentes das suas disciplinas, grupos de pesquisa e orientandos;
- Sala refrigerada, de 30 m², com três mesas de escritório, três computadores, acesso remoto e via cabo à internet, uma impressora, arquivo e estantes. A sala pertence à direção da Escola de Ciência Política e seu ambiente pode ser compartilhado por seus professores;
- Sala da coordenação e secretaria administrativa e acadêmica própria, refrigerada, com 40 m², com duas mesas de escritório, dois computadores, impressora, acesso remoto e via cabo à internet, armário, arquivo, telefone;
- Sala de reuniões refrigerada de 30 m² – com mesa, oito cadeiras, com escaninhos para 20 endereços, onde os docentes podem atender os discentes das suas disciplinas, grupos de pesquisa e orientandos;
- 10 salas de aula refrigeradas, com lousa branca e pontos de acesso à rede *wi-fi*, propiciando conforto aos estudantes e acesso gratuito à internet pelas redes da UNIRIO e do convênio *eduroam*. As salas 101 e 102 estão equipadas também com quadros interativos, que oferecem recursos tecnológicos de apoio às aulas, para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

- Miniauditório refrigerado, com lousa branca, com capacidade de 50 lugares, contando com banheiro exclusivo. Essa sala encontra-se no andar térreo, o que facilita a acessibilidade de pessoas cadeirantes e com mobilidade reduzida. É utilizada para ministrar aulas e para a realização de palestras e atividades com convidados externos;
- Auditório refrigerado, com lousa branca, com capacidade de 100 lugares.

Notebooks e projetores estão à disposição dos professores para aulas, palestras, reuniões e demais atividades, cuja retirada é controlada por um servidor técnico lotado na Decania do CCJP. Há uma sala específica, de acesso controlado, para o armazenamento de equipamentos e materiais pertencentes à universidade, mantidos em segurança.

Além da infraestrutura do CCJP, o corpo docente e discente do Bacharelado em Ciência Política conta com toda a infraestrutura dos cinco *campi* da UNIRIO na cidade do Rio de Janeiro. Um destaque especial deve ser feito para a Biblioteca Central da Universidade e sete unidades setoriais, que são usadas pela comunidade acadêmica. Juntas, elas possuem um acervo de 101.662 títulos. Conta ainda com “dois pacotes de acesso a periódicos científicos com 16.765 títulos disponíveis, assinaturas de sete bases de dados bibliográficos licenciadas e 214.109 (sendo 195.391 assinaturas) títulos de livros eletrônicos”. (UNIRIO, 2023, p.290)

A Biblioteca Central dispõe de ambientes especiais de estudo, dois salões de leitura coletiva, um salão de estudos individuais, quatro cabines de estudo em grupo, uma sala multimídia equipada com computador, lousa eletrônica e aparelho de videoconferência e fonoteca, Sala de Obras Raras e Especiais. A biblioteca ainda conta com o Laboratório Santander, com 15 computadores para usuários, todos com Internet. Também vale destacar o Repositório Institucional (RI Hórus), contendo teses, dissertações e demais produções acadêmicas nos cinco centros (UNIRIO, 2023, p.293).

Em todas as unidades do Sistema de bibliotecas da UNIRIO são oferecidos serviços de consulta local, scanner de autoatendimento para realização de cópias digitais dos itens do acervo, Comutação bibliográfica (COMUT), empréstimo domiciliar, terminal *web* para serviços de consulta, renovação, empréstimos e reserva de obras, busca integrada, dicas de leitura de material digital, empréstimo entre bibliotecas, inclusive internacional, e empréstimo domiciliar de *tablets* de acordo com a necessidade de cada unidade acadêmica, normalização bibliográfica, Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos, treinamentos, exposições culturais, etc. (UNIRIO, 2023, p.293).

Além disso, existem os Serviços além-muros das Bibliotecas e parcerias. Entre os diversos itens, destacam-se os seguintes de interesse mais cotidiano do bacharelado em Ciência Política:

- Acesso remoto (fora dos campi) a todos os recursos de informação internos e externos, via Rede CAFÉ e Eduroam;
- Portal de Periódicos da CAPES;
- Acesso a portais de periódicos acadêmicos e bases de dados, como, por exemplo, Ebsco;
- Bibliotecas virtuais da BIREME;
- Ebsco Day: divulgação de plataformas digitais de editores, como Cambridge University Press e Sage Publications, organizado pela EBSCO;

O Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP), onde funciona o bacharelado em Ciência Política, comporta uma das bibliotecas setoriais. Criada em 2009, a Biblioteca Heráclito Fontoura Sobral Pinto atende aos três cursos de graduação do Centro – Direito, Administração e Ciência Política – e aos cursos de Pós-graduação em Ciência Política e de Pós-graduação em Direito. Sua área construída é de 136 m², sendo 112 m² destinados ao acervo, 12m² aos usuários e 12 m² ao pessoal administrativo. Conta com 4.240 títulos, e funciona para o público de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 21h00. A biblioteca do Centro de Ciências Humanas (CCH), que possui 18.408 títulos (UNIRIO, 2023, p.290), também conta com obras de Ciência Política no seu acervo.

Além disso, a biblioteca setorial do CCJP integra a Rede Bibliodata, que facilita a participação da IES no importante processo de catalogação cooperativa, bem como a localização de publicações nas cerca de 70 instituições a ela filiadas. Dentre estas instituições encontram-se a biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do IESP-UERJ, importantes referências de acervo bibliográfico na área de Ciência Política. Integra também o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações (CCN), que permite a localização dos periódicos existentes na maior parte das bibliotecas nacionais; o COMUT, que permite a solicitação de cópias de publicações de acervos de outras instituições; e a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), além do Portal da CAPES. Todos os alunos matriculados têm acesso a consulta e empréstimo de exemplares de todas as instituições que conformam a Rede Bibliodata.

Como foi demonstrado ao longo deste item, o bacharelado em Ciência Política, em sinergia com a missão e princípios da UNIRIO, assim como em sua integração com a pós-graduação em Ciência Política, possui condições acadêmicas e infraestruturais para alcançar os objetivos do curso.

15.1 Laboratórios Específicos

O CCJP dispõe de um laboratório de informática, situado em sala de 50 m², refrigerada, com 15 computadores ligados à internet via cabo e *wi-fi*, dispondo de softwares básicos, como Windows e Office, e programas de tratamento de dados (SPSS). As aulas que demandam atividades de treinamento prático são ministradas nesse Laboratório, assim como reuniões de grupos de pesquisa também são realizadas nesse ambiente.

15.2 Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado à Pessoa com Deficiência

A UNIRIO criou, por meio da Portaria GR nº 219, de 8 de abril de 2021, Comissão Permanente de Acessibilidade, além de atribuir ao Núcleo de Acessibilidade (NAI) “a missão de atuar na articulação, fomento e consolidação da política de inclusão e acessibilidade e no apoio à comunidade universitária, desenvolvendo estratégias de inclusão, acessibilidade e permanência do público-alvo da Educação Especial.” (UNIRIO, 2023, p.302).

A ECP trabalha em sintonia com o NAI, ligado à Reitoria, para o acolhimento e atendimento aos estudantes com deficiência (pessoa com deficiência – PCD), promovendo ações para a “Acessibilidade Arquitetônica, Atitudinal, Comunicacional, Digital e Pedagógica” (UNIRIO, 2023, 302):

- **Acessibilidade arquitetônica:** as salas de aula do CCJP estão distribuídas entre o térreo e outros três andares acessíveis por elevador. Há uma rampa de acesso ao andar térreo, permitindo o acesso a pessoas cadeirantes e com mobilidade reduzida. O elevador dispõe de sinalização sonora, viabilizando a acessibilidade a pessoas com deficiência visual.

-
- Acessibilidade Atitudinal: promovida por meio de ações empreendidas pelo NAI, bem como a orientações específicas a docentes e técnicos para o atendimento individualizado a estudantes PCD, visando à ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.
 - Acessibilidade Comunicacional: o curso de Ciência Política se apóia nos recursos disponibilizados pela Biblioteca– “Serviço de *scanner* de voz e impressora Braille voltado para as questões de acessibilidade para alunos com deficiência visual” (UNIRIO, 2023, p. 294), além do apoio de intérpretes de LIBRAS, lotados na Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO).
 - Acessibilidade Digital: apoia-se nos recursos de tecnologia assistida disponibilizados pela universidade.
 - Acessibilidade Pedagógica: o NAPE do CCJP desempenha papel fundamental no atendimento aos estudantes PCD do curso de Ciência Política, trabalhando em sintonia com a Coordenação do Curso e com o corpo docente e técnico. Cabe destacar que o corpo docente adota formas de avaliação de conteúdos alternativas, de acordo com as demandas específicas de estudantes PCD.

15.3 Recursos Tecnológicos e Audiovisuais

O CCJP dispõe dos seguintes recursos tecnológicos e audiovisuais: 51 computadores, 47 monitores, 10 notebooks, 6 impressoras, 17 projetores, 3 quadros interativos e 4 retroprojetores (UNIRIO, 2023, p.299). Os computadores são, em sua maioria, fabricados pela Dell. Todos os computadores utilizados pela parte administrativa do CCJP – Decania, Direções de Escola, Coordenações de Curso, Chefias de Departamento, Secretaria de Ensino, Secretaria Administrativa e Protocolo – foram renovados em 2023. Os computadores estão ligados a impressoras.

O CCJP está interligado à rede de internet de “10 Gb por meio do projeto Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (REDECOMEP), da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)” (UNIRIO, 2023, p. 300). Possui “acesso à rede Wi-Fi da UNIRIO e da Eduroam que é provida pela RNP” (UNIRIO, 2023, p.301).

Finalmente, todo o corpo docente, discente e técnico tem acesso a contas institucionais, da empresa Google, que permitem o acesso ao correio eletrônico (Gmail), armazenamento na nuvem (Google Drive), videoconferência (Google Meet) e ferramentas de videoaula (Google Sala de Aula).

16 PROCESSO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

Os estudantes que tiverem ingressado no curso durante a vigência do Projeto Pedagógico do Curso de Ciência Política aprovado em 2017 poderão migrar, de forma voluntária, para o novo currículo. Para tanto, deverão assinar o Termo de Mudança de Versão Curricular, coletado pela ECP.

O processo de migração curricular atenderá ao disposto no Mapa de Equivalências, Anexo III. Para os estudantes que optarem por mudar de versão curricular, é necessário assinar o Termo de Mudança de Versão Curricular, no Anexo IV.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969. Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0773.htm. Acesso em: 02 de setembro de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.683, de 17 de dezembro de 1975. Altera a denominação de FEFIEG para FEFIERJ.

BRASIL. Lei 6.655, de 5 de junho de 1979. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6655.htm. Acesso em: 02 de setembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 31 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia (Resolução No. 17, de 13 de março de 2002, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES172002.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 05 de julho de 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o novo Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 02 de julho de 2024.

CCJP. Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Regulamento Interno - Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Educacionais. 2024.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2024.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE nº 1/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2024.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 de setembro de 2025.

ECP. Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Manual do Trabalho de Conclusão de Curso – Ciência Política. s/d. 8fl. Disponível em: <https://www.unirio.br/ccjp/escola-de-ciencia-politica/ManualTCCCinciaPoliticaUnirio.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

MEC. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. s/d. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 9.904 de 12 de dezembro de 1990. Determina o tombamento provisório dos bens que menciona. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121853/068DECRETO9904ConjuntoArquitetonicoBotafogo.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 1.561/1996. Dispõe sobre o Regulamento Para. Elaboração da Monografia de Final De Cursos de Graduação da UNIRIO. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 2.619, de 30 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da UNIRIO. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução UNIRIO nº 2.628, de 8 de setembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Complementares nos currículos dos Cursos de Graduação da UNIRIO. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº. 2.944 de 27 de agosto de 2008. Dispõe sobre a criação do Curso de Graduação em Ciências Políticas - Bacharelado, do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 3.531, de 9 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante - NDE - dos Cursos de Graduação no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 3.506, de 26 de agosto de 2010. Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação – CPA/UNIRIO. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 4.244, de 17 de outubro de 2013. Dispõe sobre a inclusão das disciplinas LIBRAS, Cultura Afro-Brasileira, Educação Ambiental e Cidadania. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 4.102, de 30 de abril de 2013. Dispõe sobre a alteração do Artigo 2º, da Resolução nº 4.038, de 09 de janeiro de 2013, que trata da vinculação de Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC aos Cursos de Graduação na Modalidade Presencial da UNIRIO. Disponível em: <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução nº 4.647, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre os procedimentos para vista e revisão de prova/avaliação escrita no Ensino de Graduação presencial. <https://www.unirio.br/prograd-divulga-resultados-de-bolsas-de-monitoria-e-de-tutoria-especial/normatizacao-academica/resolucoes>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ordem de Serviço PROGRAD nº 004, de 15 de julho de 2018. Normatizar os procedimentos para acompanhamento de registro de Atividades Complementares. Disponível em:



https://www.unirio.br/prograd/normatizacao-academica/normas-por-assunto/copy_of_OSPROGRAD00420180001.pdf. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Estatuto da UNIRIO. Portaria MEC nº 84, de 03 de dezembro de 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.unirio.br/proplan/estatuto-e-regimento/estatuto_unirio_2018.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Instrução Normativa PROGRAD nº 001, de 23 de junho de 2022. Regulamenta os procedimentos para alterações e reformas curriculares dos Cursos de Graduação da UNIRIO e para a criação de novos Cursos de Graduação na Universidade. Disponível em: <https://normas.unirio.br/busca/detalhar/40/>. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2022-2026. Rio de Janeiro, maio 2023. 475fl. Disponível em: <https://www.unirio.br/copladi/pdi/PDI20222026Revisao2023completo.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Entenda as atividades da CPA. s/d. Disponível em: <https://www.unirio.br/cpa>. Acesso em: 13 de dezembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Composição da CPA/UNIRIO. s/d. Disponível em: <https://www.unirio.br/cpa/composicao>. Acesso em: 15 dez. 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. PROExC UNIRIO. S.d. Disponível em: <https://www.unirio.br/proreitoriaedeextensaoecultura>. Acesso em: 02 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. NUINP – Núcleo Institucional de Projetos. s/d. Disponível em: <https://www.unirio.br/nuinp>. Acesso em: 02 de setembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Portaria GR nº 219, de 8 de abril de 2021. Institui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNIRIO. Disponível em: <https://www.unirio.br/boletins/2019-2023/boletins-2021-1/BOLABR1.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Resolução SCS Nº 5.966, de 9 de julho DE 2025. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Disponível em: <https://www.unirio.br/conselhos/arquivos/consepe/2025/resolucoes/Res.SCS5.96609.07.2025CurricularizaodaExtensonosCursosdeGraduaodaUNIRIOassinado.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2025.



ANEXOS

ANEXO I - QUADRO DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA – BACHARELADO

1. Disciplinas obrigatórias: 1.980 horas

FORMAÇÃO ESPECÍFICA – 1.980 CH							
CÓDIGO SIE	DISCIPLINA	PERÍODO RECOMENDADO	CH TOTAL/CR	CH EXTENSÃO	EMENTA	PRÉ-REQUISITO(S)	TIPO
JFJ0008	Introdução à Política	1º	60/4T	-	Panorama abrangente da Ciência Política. Temas básicos: Teoria política, Ideologias políticas e direitos humanos, Instituições políticas, Partidos e sistemas partidários, Teoria das Relações Internacionais, Políticas públicas, Sociologia política.	-	1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Sociologia Geral	1º	60/4T	-	O campo do conhecimento sociológico: objeto, problemas e abordagens. Os quadros teóricos da sociologia: positivismo, historicismo e marxismo. A sociologia compreensiva. Sociologia das organizações.	-	1
JFJ0001	Antropologia	1º	60/4T	-	A antropologia frente à diversidade cultural. Conceito de cultura política. O papel da cultura política. Percepções subjetivas da política. Atitudes, orientações e objetos políticos. A dimensão coletiva das orientações políticas. A socialização política: processos e atores.	-	1
JFJ0003	Economia Política I	1º	60/4T	-	Introdução à Ciência Econômica. Sistemas Econômicos. Fundamentos e organização das atividades econômicas em uma economia de Mercado. Estado e Mercado. Empresa como unidade de produção. Relações econômicas em uma economia globalizada. Funcionamento dos Mercados. Motivação econômica.	-	1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Metodologia das Ciências Sociais	1º	90/ 2T, 2P	-	Método e metodologia. Produção do conhecimento e ciências sociais. O empirismo e a construção do objeto nas ciências sociais. Procedimentos metodológicos. Análise quantitativa e investigação qualitativa.	-	1
JEP0006	Teoria Política I	2º	60/4T	-	O legado antigo e a melhor forma de governo. O legado medieval e o problema teológico-político. O legado renascentista e a redescoberta da política. Soberania e razão de Estado. Conhecimento e política: racionalismo, empirismo e ceticismo. A formação do constitucionalismo moderno.	-	1

JEP0005	Sociologia Política	2º	60/4T	-	Definição e objeto da sociologia política. Fontes e métodos da sociologia política. Teorias dos fatos políticos. Metas e formas da ação social e política. Poder e autoridade. Estratificação social, classes sociais e poder político.	Nova – Sociologia Geral (Departamento de Estudos Políticos)	1
JFJ0029	Antropologia Política	2º	60/4T	-	Política, sociedade e identidade cultural. Atitudes, orientações e objetos políticos. A dimensão coletiva das orientações políticas. Socialização política: processos e atores. Cultura política e democracia.	JFJ0001	1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Desenho de Pesquisa	2º	90/ 2T, 2P	-	As técnicas de coleta e análise de dados na Ciência Política. Experimento, quase experimento, observação direta e indireta, pesquisas de opinião, entrevistas e análise de conteúdo. Métodos quantitativos e qualitativos.	Nova – Metodologia das Ciências Sociais (Departamento de Estudos Políticos)	1
JEP0035	Pensamento Político Brasileiro I	2º	60/4T	-	A construção do Estado e a herança imperial. Iberismo e americanismo. Patriarcalismo e escravidão. A dimensões oligárquicas do liberalismo político. Autoritarismo, corporativismo e sindicalismo. O patrimonialismo como categoria explicativa do Estado.	-	1
JEP0011	Teoria Política II	3º	60/4T	-	A construção da ordem e realismo político. A política como amigo-inimigo. Estado moderno e soberania. Oligarquização da política: a teoria das elites. A teoria das elites diante da democracia: a democracia do equilíbrio e a democracia manipulada.	JEP0006	1
JEP0007	Representação Política	3º	60/4T	-	Conceito e modelos de representação política. Estruturas da representação. A representação como processo político. Representação e revolução. Representação e sistema político. Mediações sociedade civil-Estado. Mecanismos de representação e de participação política.	JEP0006	1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Pensamento Político Brasileiro II	3º	60/4T	-	Lugar periférico do pensamento brasileiro e do intelectual periférico; reproduções do conservadorismo e do liberalismo brasileiros no século XX; as grandes "Interpretações do Brasil" no século XX; conceitos clássicos do pensamento político brasileiro: personalismo, patrimonialismo, coronelismo, mandonismo, patriarcalismo, familismo; vicissitudes da democracia e do autoritarismo no pensamento brasileiro; identidades nacionais e regionais: construção da identidade brasileira e o lugar do Brasil no mundo; pensamentos contra-hegemônicos: classe, raça e gênero no pensamento brasileiro.	JEP0035	1
JEP0019	Política Comparada	3º	60/4T	-	Metodologia do comparatismo político. Instituições políticas contemporâneas: análise comparativa. Modelos de democracia:	-	1

					o Westminster e o consensual. Diferenças entre congressos e parlamentos.		
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Teoria das Relações Internacionais I	3º	60/4T		Introdução às Relações Internacionais. Conceitos básicos. Principais atores e temas do sistema internacional da pós-guerra. A construção do campo disciplinar e os “grandes debates”. As teorias clássicas: Realismo, Liberalismo e Marxismo. Correntes pós-anos 1950: Funcionalismo, Neoliberalismo, Neorealismo.	-	1
Nova (Departamento de Métodos Quantitativos)	Estatística	4º	60/ 4T	-	Como, quando e onde o conhecimento da Estatística pode contribuir com os que querem entender, modificar ou estudar a sociedade. Identificar as etapas de um estudo estatístico, incluindo os conceitos empregados em cada uma delas. Identificar as unidades de observação, elaborar um desenho de estudo, classificar variáveis. Simular bancos de dados através do programa “R”.	Nova – Desenho de Pesquisa (Departamento de Estudos Políticos)	1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Teoria das Relações Internacionais II	4º	90/ 2T, 2P	-	A organização do sistema mundial a partir dos anos 1990. Dinâmicas da globalização, novos atores e temas da agenda mundial. O “quarto debate”. A crise paradigmática dos anos 1980/1990 e o pós-modernismo nas relações internacionais. Teorias Críticas, Construtivismo e correntes pós-positivistas (pensamento pós-colonial e decolonial, feminismo, ecologia política). Análise das categorias centrais da ordem mundial à luz destas contribuições teóricas.	Nova – Teoria das Relações Internacionais I (Departamento de Estudos Políticos)	1
JEP0016	Teoria Política III	4º	60/4T	-	A construção da boa ordem. A justiça como procedimento. O neocontratualismo: bases racionais e morais. O uso público da razão: comunicação, consenso e política. A comunidade diante da justiça: o comunitarismo e a ética da autenticidade. A comunidade moral e a identidade cultural.	JEP0011	1
JEP0001	Ideologias Políticas	4º	60/4T	-	Conceito de ideologia. Conservadorismo e restauração da ordem. Liberalismo e direitos individuais. Republicanismo e valores cívicos. Democratismo e soberania popular. Socialismo e igualdade econômica. Nacionalismo e supremacia política ou cultural	JFJ 0008	1
JEP0039	Instituições Políticas	4º	60/4T	-	Atores políticos e instituições. Relações entre o executivo e o legislativo no presidencialismo de coalizão. Processo e agenda legislativa. Clientelismo. Federalismo e descentralização. Reflexos nas instituições políticas. Judicialização da política ou politização da justiça?	-	1
JEP0021	Teoria da Democracia	5º	60/4T	-	Regimes políticos abertos: a democracia. Visão realista e normativa da democracia. Concepções hegemônicas da	JEP0011	1

					democracia liberal representativa. A democracia como método. A democracia participativa e deliberativa.		
JEP0022	Partidos e Sistemas Partidários	5º	60/4T	-	Origem dos partidos políticos. Partido e facção. Conceito de partido político. Partidos políticos: socialização política e criação de opinião. Estrutura e tipologia dos partidos políticos. Sistemas de partidos: competitivos e não competitivos.	-	1
JEP0023	Sistemas Eleitorais	5º	60/4T	-	Técnicas de operacionalização da representação política: sorteio, eleição, aclamação. Sufrágio censitário e sufrágio universal. Eleitorado e processo eleitoral. Etapas do processo eleitoral. Tipos de sistema eleitoral: majoritário e proporcional. Consequências políticas do sistema eleitoral.	-	1
JEP0008	Política e Sociedade na América Latina	5º	60/4T	-	Estado e sociedade: a procura de um novo equilíbrio. Crise de representatividade do sistema político. As novas democracias da América Latina: democratização social ou neopopulismo? Sociedade civil, movimentos sociais e democratização.	-	1
JEP0020	Políticas Públicas I	5º	60/4T	-	Definição de política pública. Enfoques e teorias. O modelo racional. Análise das políticas públicas. As fases do processo das políticas públicas. Aparição dos problemas públicos. Formulação das alternativas. Tomada de decisões e implementação.	-	1
JEP0013	Formas e Sistemas de Governo	6º	60/4T	-	Classificação das formas de governo e dos sistemas de governo. O parlamentarismo: origem, estrutura e composição. Função dos parlamentos. O presidencialismo: origem e modalidades. Relação entre executivo e legislativo no sistema presidencial.	-	1
JEP0024	Políticas Públicas II	6º	60/4T	-	Estado, sociedade e políticas públicas. As políticas institucionais. Análise comparada de políticas públicas setoriais. As políticas de formação. Desigualdade e políticas sociais. Participação social e políticas públicas. Políticas para o desenvolvimento econômico. Políticas públicas e autoridades locais.	JEP0020	1
JEP0038	Eleições e Opinião Pública	6º	60/4T	-	Análise e explicações sobre os resultados eleitorais nas eleições. Teorias do comportamento eleitoral: as vertentes sociológica, psicológica e economicista. Natureza da opinião pública e processo de construção de maiorias. Papel da mídia e das campanhas políticas no processo eleitoral. Análise das eleições presidenciais. Pesquisas de opinião e mensagens eleitorais.	-	1

Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Cidadania e Política no Brasil	6º	60/ 2T, 1P	-	Noção de cidadania. Elementos constitutivos da cidadania: o civil, o político e o social. Direitos humanos. A quarta geração de direitos: ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao desenvolvimento e ao patrimônio comum da humanidade. Percursos da cidadania no Brasil: o movimento pendular da cidadania. Participação social e cidadania. Cidadania e acesso à justiça. Cidadania e inclusão social.	-	1
JEP0015	Política Externa Brasileira	6º	60/4T	-	O pensamento brasileiro em relações internacionais: precursores e contemporâneos. Identidade nacional e relações internacionais. Política independente e pragmatismo responsável. Política externa e desenvolvimento. Política externa brasileira diante do processo de globalização e do regionalismo.	Nova – Teoria das Relações Internacionais I (Departamento de Estudos Políticos)	1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Ação Coletiva e Decisão Política	7º	90/ 2T, 2P	-	Cultura política e socialização. Modelos da ação coletiva. Níveis da ação coletiva: grupo, organização, comunidade e sociedade. Os grupos de interesses. Participação e comportamento político. A natureza da decisão política. Modelos de decisão política. Decisão vinculada e discricionária.	Nova – Metodologia das Ciências Sociais (Departamento de Estudos Políticos)	1

2. Disciplinas optativas: 240 horas

2.1) FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – 180 horas							
CÓDIGO SIE	DISCIPLINA	PERÍODO RECOMENDADO	CH TOTAL/CR	CH EXTENSÃO	EMENTA	PRÉ-REQUISITO(S)	TIPO
HDI0142	Língua Brasileira de Sinais	3º	60 / 4T	-	Língua Brasileira de Sinais e suas singularidades linguísticas. Vivência da LIBRAS a partir do contato direto com um(a) professor(a) surdo(a). Implicações do Decreto nº 5.626 para a prática escolar e formação do(a) professor(a).	-	2

SER0012	Educação Ambiental e Cidadania	5º	45 / 1T, 1P	-	Estudo de questões educacionais relativas ao meio ambiente, considerando a inter-relação homem-natureza, especificamente no que se refere ao ambiente de vida das pessoas, dentro de uma abordagem inter e multidisciplinar dos aspectos: político, ético, econômico, social, ecológico, evolutivo, histórico, cultural, etc.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Teoria Política I	7º	45/ 3T	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões teóricas relevantes para a política.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Teoria Política II	7º	45/ 3T	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões normativas relevantes para a política.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas I	7º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Instituições Políticas suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas II	7º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Políticas Públicas e suas aplicações	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas III	7º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Políticas Públicas e suas aplicações - aplicações (raça e relações étnico-raciais)	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas IV	7º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Instituições Políticas e/ou Políticas Públicas e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político I	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Estudos Eleitorais e Partidos Políticos e suas aplicações.	-	2

Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político II	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Comportamento Eleitoral e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político III	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Ideologias Políticas e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político IV	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Comportamento Político e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial I	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Relações Internacionais e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial II	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Política Mundial e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial III	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Política Internacional e suas aplicações.	-	2
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial IV	8º	45/ 1T, 1P	-	Disciplina de conteúdo variável, abordando discussões relevantes para a temática de Política Externa e suas aplicações.	-	2
2.2) FORMAÇÃO LIVRE – 60 horas							
JEP0049	A Política no Pensamento de	7º	60/4T	-	O curso visa a analisar entre filosofia e política no pensamento de Deleuze & Guattari, detacando de início a expressão deleuziana de "ressonância mútua", a qual sugere que arte,	-	2

	Deleuze e Guattari				filosofia e ciência produzem intercessões recortando o mundo ou plano de imanência por intermédio de afetos, conceitos e funções sem, contudo, subsumir uma atividade a outra. Desta forma, se a filosofia apresenta uma política ela - a filosofia - não se reduz a mesma ou vice versa. Desta perspectiva os autores recusam o primado do Ser, porém sem suprimi-lo, mas criando uma nova ontologia não metafísica concebida não como ser e mundo, mas como vivo, tornando-se o viver pura afirmação (o contrário do que atesta a negação hegeliana) e avaliação. Desta forma, o pensamento torna-se dupla afirmação, - e não negação da negação -, potência seletiva, movimento de contra efetuação ético-política. Filosofia, arte e política tornam-se práticas de resistência criativa na qual o própria política como paradigma estético deve constituir.		
JDP0003	Direito Constitucional II	5º	60/4T	-	Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Direito constitucional estadual. Municípios: lei orgânica. Organização dos poderes. Legislativo, Executivo e Judiciário: atribuições e competências. Defesa do estado e das instituições democráticas.	-	2
JET0029	Avaliação de Políticas Públicas	6º	60/4T	-	Políticas públicas - concepção, princípios, campo, estruturas elementares e ciclo de vida. Avaliação da política. Tipos de avaliação. Crítica da avaliação clássica Avaliação por objetivos. Avaliação da sustentabilidade dos projetos. Monitoramento: finalidades, sistemas, atores. Informes de término e de avaliação de projetos.	-	2
JDP0016	Direito Constitucional III	6º	60/4T	-	O processo legislativo. Inconstitucionalidade de leis. Jurisdição constitucional e Processo Constitucional. O controle de constitucionalidade das leis. Controle de constitucionalidade pelas vias incidental e direta. Arguição de descumprimento de preceito fundamental e Ação direta interventiva. A Constituição de 1988 e os instrumentos de proteção constitucional. Direito constitucional processual/direito processual constitucional. O devido processo legal. Ação direta de constitucionalidade e ação de inconstitucionalidade. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Habeas Data. Ação Popular e Ação Civil Pública.	-	2

3. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 60 horas

CÓDIGO SIE	DISCIPLINA	PERÍODO RECOMENDADO	CH TOTAL/CR	CH EXTENSÃO	EMENTA	PRÉ-REQUISITO(S)	TIPO
JFJ 0018	Orientação Monográfica I	7º	30 / 2T	-	Elaboração do anteprojeto de trabalho do curso. Levantamento e sistematização de dados. Delimitação do objeto de estudo. Estrutura monográfica da apresentação.		1
JFJ0020	Orientação Monográfica II	8º	30 / 2T	-	Desenvolvimento e articulação dos diversos componentes do trabalho. Aplicação dos procedimentos metodológicos. Aprofundamento do material coletado. Redação e revisão final.	JFJ0018	1

4. Atividades Complementares: 150 horas

5. Atividades Extensionistas: 270 horas

Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Estudos e Atividades Extensionistas I	4º	75h / 1T, 2P	75	Temas contemporâneos abordados a partir de estudos políticos e desenvolvimento de atividades práticas. A disciplina deve estar associada a projetos de extensão formalmente registrados na PROExC (o professor ministrante deve ser vinculado ao projeto).		1
Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Estudos e Atividades Extensionistas II	5º	75h / 1T, 2P	75	Interface entre estudos e práticas extensionistas a partir de temas política e socialmente relevantes. A disciplina deve estar associada a projetos de extensão formalmente registrados na PROExC (o professor ministrante deve ser vinculado ao projeto).		1

Carga horária extensionista contemplada em disciplinas obrigatórias – 150 horas

Unidade Curricular Especial de Extensão – 120 horas

ANEXO II - CARGA HORÁRIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

Curso de Ciência Política – Bacharelado

Componente Curricular	Total de Horas
1. Disciplinas Obrigatórias (Formação Específica)	1.980 horas
2. Disciplinas Optativas 2.1 Formação Complementar 2.2 Formação Livre	180 horas 60 horas
3. Trabalho de Conclusão do Curso	60 horas
4. Atividades Complementares	150 horas
5. Atividades de Extensão ²	270 horas
Total	2.700 horas

² Carga horária extensionista em disciplinas = 150 horas.
Unidade Curricular Especial de Extensão = 120 horas.

ANEXO III - MAPA DE EQUIVALÊNCIAS

Situação Atual (em vigor)							Situação Proposta							
CÓDIGO	DISCIPLINA	PERÍODO RECOM.	CH TOTAL/CR	CH EXTENSÃO	PRÉ-REQUISITO	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINA	PERÍODO RECOM.	CH TOTAL/CR	CH EXTENSÃO	PRÉ-REQUISITO	TIPO	TIPO DE ALTERAÇÃO
1. Disciplinas Obrigatórias - Formação específica -1980 horas														
JFJ0008	Introdução à Política	1	60/04T	-	-	1	JFJ0008	Introdução à Política	1	60/04T	-	-	1	X
JFJ0002	Introdução ao Direito I	1	60/04T	-	-	1								Exclusão de Disciplina
HFC0051	Sociologia Geral	1	60/04T	-	-	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Sociologia Geral	1	60/04T	-	-	1	Exclusão/criação de disciplina
JFJ0001	Antropologia	1	60/04T	-	-	1	JFJ0001	Antropologia	1	60/04T	-	-	1	X
JFJ0003	Economia Política I	1	60/04T	-	-	1	JFJ0003	Economia Política I	1	60/04T			1	X
JFJ0005	Metodologia das Ciências Sociais	1	60/04T	-	-	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Metodologia das Ciências Sociais	1	90/02T 02P	-	-	1	Exclusão/criação de disciplina
JEP0001	Ideologias Políticas	2	60/04T	-	JFJ0008	1	JEP0001	Ideologias Políticas	4	60/04T	-	JFJ0008	1	Mudança de período
JEP0005	Sociologia Política	2	60/04T	-	HFC0051	1	JEP0005	Sociologia Política	2	60/04T	-	Nova - Sociologia Geral (Departamento de Estudos Políticos)	1	Mudança de pré-requisito
JFJ0029	Antropologia Política	2	60/04T	-	JFJ0001	1	JFJ0029	Antropologia Política	2	60/04T	-	JFJ0001	1	X

JEP0033	Desenho de pesquisa	2	60/04T	-	JFJ0005	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Desenho de pesquisa	2	90/02T 02P	-	Nova - Metodologia das Ciências Sociais (Departamento de Estudos Políticos)	1	Exclusão/criação de disciplina
JDP0002	Direito Constitucional I	2	60/04T	-	JFJ0002	1								Exclusão de Disciplina
JFJ0004	Economia Política II	2	60/04T	-	JFJ0003	1								Exclusão de Disciplina
JEP0006	Teoria Política I	3	60/04T	-	JEP0001	1	JEP0006	Teoria Política I	2	60/04T	-	-	1	Mudança de período
JEP0007	Representação Política	3	60/04T	-	-	1	JEP0007	Representação Política	3	60/04T	-	JEP0006	1	Criação de pré-requisito
JEP0003	Formação do Estado Brasileiro	3	60/04T	-	-	1								Exclusão de Disciplina
JEP0008	Política e Sociedade na América Latina	3	60/04T	-	-	1	JEP0008	Política e Sociedade na América Latina	5	60/04T	-	-	1	Mudança de período
JEP0034	Teoria das Relações Internacionais I	3	60/04T	-	-	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Teoria das Relações Internacionais I	3	60/04T	-	-	1	Exclusão/criação de disciplina
JEP0010	Estatística	3	60/04T	-	JEP0033	1	Nova (Departamento de Métodos Quantitativos)	Estatística	4	60/04T	-	Nova - Desenho de Pesquisa (Departamento de Estudos Políticos)	1	Exclusão/criação de disciplina

JEP0011	Teoria Política II	4	60/04T	-	JEP0006	1	JEP0011	Teoria Política II	3	60/04T	-	JEP0006	1	Mudança de período
JEP0035	Pensamento Político Brasileiro I	4	60/04T	-	JEP0003	1	JEP0035	Pensamento Político Brasileiro I	2	60/04T	-	-	1	Mudança de período
JEP0013	Formas e Sistemas de Governo	5	60/04T	-	JEP0022; JEP0023	1	JEP0013	Formas e Sistemas de Governo	6	60/04T	-	-	1	Mudança de período e exclusão de pré-requisito
JFJ0007	Administração Pública	4	60/04T	-	JDP0002	1								Exclusão de Disciplina
JEP0036	Teoria das Relações Internacionais II	4	60/04T	-	JEP0034	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Teoria das Relações Internacionais II	4	90/02T 02P	-	Nova – Teoria das Relações Internacionais I (Departamento de Estudos Políticos)	1	Exclusão/criação de disciplina
JEP0015	Política Externa Brasileira	5	60/04T	-	JEP0036	1	JEP0015	Política Externa Brasileira	6	60/04T	-	Nova – Teoria das Relações Internacionais I (Departamento de Estudos Políticos)	1	Mudança de período e de pré-requisito
JEP0016	Teoria Política III	5	60/04T	-	JEP0011	1	JEP0016	Teoria Política III	4	60/04T	-	JEP0011	1	Mudança de período
JEP0037	Pensamento Político Brasileiro II	5	60/04T	-	JEP0035	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Pensamento Político Brasileiro II	3	60/04T	-	JEP0035	1	Exclusão/criação de disciplina

JEP0018	Cidadania e Política no Brasil	6	60/04T	-	JEP0003	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Cidadania e Política no Brasil	6	60/ 2T, 1P	-	-	1	Exclusão/criação de disciplina
JEP0019	Política Comparada	6	60/04T	-	JEP0013	1	JEP0019	Política Comparada	3	60/04T	-	-	1	Mudança de período e pré-requisito
JEP0020	Políticas Públicas I	5	60/04T	-	JFJ0007	1	JEP0020	Políticas Públicas I	5	60/04T	-	-	1	X
JEP0021	Teoria da Democracia	6	60/04T	-	JEP0016	1	JEP0021	Teoria da Democracia	5	60/04T	-	JEP0011	1	Mudança de período e pré-requisito
JEP0022	Partidos e Sistemas Partidários	4	60/04T	-	JEP0007	1	JEP0022	Partidos e Sistemas Partidários	5	60/04T	-	-	1	Mudança de período e exclusão de pré-requisito
JEP0023	Sistemas Eleitorais	4	60/04T	-	JEP0007	1	JEP0023	Sistemas Eleitorais	5	60/04T	-	-	1	Mudança de período e exclusão de pré-requisito
JEP0038	Eleições e Opinião Pública	6	60/04T	-	-	1	JEP0038	Eleições e Opinião Pública	6	60/04T	-	-	1	X
JEP0024	Políticas Públicas II	6	60/04T	-	JEP0020	1	JEP0024	Políticas Públicas II	6	60/04T	-	JEP0020	1	X
JEP0039	Instituições Políticas	7	60/04T	-	JEP0019; JEP0037	1	JEP0039	Instituições Políticas	4	60/04T	-	-	1	Mudança de período e exclusão de pré-requisito.

JEP0026	Políticas Governamentais	7	60/04T	-	JEP0024	1								Exclusão de Disciplina
JEP0027	Ação Social e Decisão Política	7	60/04T	-	JEP0005	1	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Ação Coletiva e Decisão Política	7	90/02T 02P	-	Nova - Metodologia das Ciências Sociais (Departamento de Estudos Políticos)	1	Exclusão/criação de disciplina
2. Disciplinas Optativas – 240 horas														
2.1 Formação Complementar – 180 horas														
JEP0040	Movimentos sociais, Direito e Políticas Públicas	5	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas I	7	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JEP0041	Literatura e Política	6	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Teoria Política I	7	45/03T	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JEP0042	Conjuntura Nacional	7	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas II	7	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JEP0043	Conjuntura Internacional	8	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial I	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH

JEP0044	A Social Democracia e suas Interpretações	5	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político I	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JEP0045	Instituições Políticas Latino-Americanas em Perspectiva Comparada	6	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial II	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JEP0046	Teorias Democráticas Contemporâneas	7	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Teoria Política II	7	45/03T	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina
JEP0047	Ideologia e Psicanálise: Análise do Discurso e da Ação	8	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político II	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JEP0048	Estado, Grupos Econômicos e Políticas Públicas	8	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas III	7	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JFJ0019	Seminário III – Estado, Direito e Políticas Públicas	6	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Instituições e Políticas Públicas IV	7	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JDP0039	Seminário VII – Estado e Regulação	5	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político III	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JDP0014		7	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento	Tópicos Especiais em	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina

	Direito Internacional Público						de Estudos Políticos)	Relações Internacionais e Política Mundial III						com mudança de CR/CH
JET0031	Gestão Municipal	7	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Comportamento Político IV	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
JET0032	Gestão de Políticas Públicas	8	60/04T	-	-	2	Nova (Departamento de Estudos Políticos)	Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Política Mundial IV	8	45/01T 01P	-	-	2	Exclusão/criação de disciplina com mudança de CR/CH
HDI0142	Língua Brasileira de Sinais	2	60/04T	-	-	2	HDI0142	Língua Brasileira de Sinais	3	60/04T	-	-	2	Mudança de período
HDI0164	Culturas afro-brasileiras em sala de aula	2	30/02T	-	-	2								Exclusão de disciplina
SER0012	Educação Ambiental e cidadania	2	45/01T-01P	-	-	2	SER0012	Educação Ambiental e cidadania	5	45/01T-01P	-	-	2	Mudança de período
2.2. Formação livre – 60 horas														
JEP0049	A Política no Pensamento de Deleuze e Guattari	7	60/04T	-	-	2	JEP0049	A Política no Pensamento de Deleuze e Guattari	7	60/04T			2	X
JDP0003	Direito Constitucional II	5	60/04T	-	-	2	JDP0003	Direito Constitucional II	7	60/4T			2	Mudança de período
JDP0016	Direito Constitucional III	6	60/04T	-	-	2	JDP0016	Direito Constitucional III	7	60/4T			2	Mudança de período

JET0029	Avaliação de Políticas Públicas	6	60/04T	-	-	2	JET0029	Avaliação de Políticas Públicas	7	60/4T			2	Mudança de período
3. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – 60 horas														
JFJ0018	Orientação Monográfica I	7	30/02T	-	JEP0010	1	JFJ0018	Orientação Monográfica I	7	30/02T	-	-	1	Exclusão de pré-requisito
JFJ0020	Orientação Monográfica II	8	30/02T	-	JFJ0018	1	JFJ0020	Orientação Monográfica II	8	30/02T	-	JFJ0018	1	X
4. Atividades complementares – 150 horas														
5. Atividades extensionistas – 270 horas														
								Estudos e Atividades Extensionistas I	4	75h / 1T, 2P	75h	-	1	Criação de disciplina
								Estudos e Atividades Extensionistas II	5	75h / 1T, 2P	75h	-	1	Criação de disciplina

ANEXO IV - TERMO DE MUDANÇA DE VERSÃO CURRICULAR**TERMO DE MUDANÇA DE VERSÃO CURRICULAR**

Eu, _____, discente regularmente matriculado no Curso de Ciência Política – Bacharelado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), matrícula nº _____, aceito mudar para a versão curricular do Curso aprovada pela Resolução nº _____, de ____/____/20____.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.